

2

A (A)CIENTIFICIDADE DA PSICANÁLISE

2.1

A cientificidade da Psicanálise em Freud

Inicialmente gostaríamos de abordar um aspecto da visão de Freud sobre a cientificidade da Psicanálise que remete à distinção entre as ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), sendo a Psicanálise, segundo a concepção freudiana, uma disciplina pertencente ao primeiro tipo. Poder-se-á observar, a partir da análise desses dois tipos de ciência que vigoram neste ambiente cultural específico, a pertinência da enfática afirmação de que a Psicanálise faz parte do primeiro tipo, como veremos mais adiante. Deve-se frisar que não é comum encontrar nos escritos de Freud o termo *Geisteswissenschaften*, já que para ele a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*. É válido lembrar que, como nos mostra Assoun (1981), Freud, na verdade, ignorava a “querela dos métodos”²⁵, ou seja, para ele ciência era uma só, a *Naturwissenschaft*. Antes de tentarmos compreender por que Freud situa a Psicanálise entre as ciências naturais, é preciso investigar o que significava, no contexto alemão da época, essa oposição. É importante ressaltar que atualmente já não dividimos o campo do saber da mesma maneira, o que torna possível alojar a Psicanálise, de acordo com Mezan (2007) ao lado das disciplinas como a História, a Etnologia e outras do mesmo gênero, portanto no campo das ciências humanas.

Foi o filósofo Wilhelm Dilthey (1883) que, em sua *Introdução às ciências do espírito*, sistematizou essa oposição entre os dois tipos de ciência, legitimando a ciência do espírito através do método hermenêutico. Esse método consistia em *interpretar* as realidades sobre as quais era aplicado, esclarecendo as suas

²⁵ A “querela dos métodos”, que teve lugar na Alemanha no final do século XIX e no início do século XX, designa um período em que o campo epistêmico se encontrava em plena revolução, em função da ascensão das ciências do espírito. A irrupção de um saber que se reivindicava como inédito implica uma verdadeira reforma do entendimento epistemológico na comunidade científica. Ela culmina, sobretudo na produção de um novo par fundador: o das *Naturwissenschaften* e das *Geistwissenschaften*. A tese capital, segundo a qual a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*, deve confrontar-se com a conotação que esse termo toma em relação aos desafios do momento (Assoun, 1981).

significações. Para atingir uma compreensão suficientemente esclarecedora, em um primeiro momento comparava-se o significado de tal realidade com outras facetas de um mesmo sistema cultural. Em seguida, buscavam-se diferenças em relação a equivalentes realidades em sistemas culturais diferentes, para assim se compreender o Homem de uma forma mais abrangente e, portanto, científica. Lembremos que Freud não concebia a Psicanálise como uma disciplina que se enquadrasse em tal definição.

Em síntese, a distinção entre as duas classes de ciência pode ser entendida da seguinte forma: haveria basicamente dois tipos de objeto para o saber, os naturais – existentes sem que o homem tenha parte em seu surgimento – e os históricos ou culturais, ou seja, tudo aquilo que resulta da vida em sociedade e caracteriza a existência humana. Disciplinas como História e Economia lidam com realidade culturais, qualitativamente diversas dos corpos físicos ou dos organismos vivos que são o assunto da Astronomia, Química e da Biologia. Há, portanto, entre o “humano” e o “natural” uma diferença ontológica e, para respeitá-la, é necessário o emprego de métodos diversos no estudo de cada uma dessas regiões do real (Mezan, 2007).

No caso dos seres naturais, descobre-se algo sobre um determinado indivíduo que vale para toda a classe de seres a que pertence. O relevante não é a singularidade do espécime, mas aquilo que nele há de universal com o intuito de subsumir o particular no universal, através de procedimentos em essência indutivos, e a formular leis das quais seja possível deduzir outras propriedades, verificáveis em seguida por observações, experimentos. Deve-se reconhecer que essa postura encontra-se fortemente inerente ao trabalho de Freud na construção de sua disciplina (Mezan, 2007).

Já no domínio humano, o das ciências do espírito, esses procedimentos citados acima não são adequados, porque cada “objeto” apresenta uma individualidade própria, irreduzível a uma classe, no sentido anteriormente definido. Como exemplo de realidades assim são as civilizações, seus rituais, crenças e valores, as obras de arte, as normas religiosas etc. Investigar esse tipo de objeto não é incluí-lo na classe a que pertence. É necessário compreendê-lo, o que significa penetrar em seu sentido, revelar sua significação (Mezan, 2007).

Compreendida, então, a oposição entre ciência do espírito e ciência da natureza, permanece a questão de por que Freud caracteriza a Psicanálise como uma ciência natural. Mezan (2007) nos ajuda a encontrar uma pista a esse respeito, quando aponta a seguinte afirmação de Freud em *Um estudo autobiográfico*:

“Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e do instinto [pulsão] na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas *ciências mentais* até o ponto em que as segundas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico” (Freud, 1925, cap. 5, p. 73).

É importante notar que a tradução não está correta, já que o termo *Geisteswissenschaften* é traduzido por *ciências mentais*, daí o nosso friso na citação, para mostrar que se está obscurecendo precisamente a distinção que Freud quer destacar. Dando continuidade ao seu argumento, Freud (1925) fala agora de como se dá o processo científico especificamente nas ciências naturais:

“Nas ciências naturais, das quais a (...) [psicanálise] é uma delas, tais conceitos gerais nítidos são supérfluos e, na realidade, impossíveis. A zoologia e a botânica não partiram de definições corretas e suficientes de um animal e de uma planta; até hoje a biologia foi incapaz de dar qualquer significado certo ao conceito da vida. A própria física, realmente, jamais teria feito qualquer progresso se tivesse tido de esperar até que os seus conceitos de matéria, força, gravitação, e assim por diante, houvessem alcançado o grau conveniente de clareza e precisão” (Freud, 1925, cap. 5, p. 73).

O que Freud está afirmando, portanto, é que, nas ciências da natureza, as representações básicas são pouco nítidas, sendo que somente a análise posterior do material coletado em muitas e rigorosas observações é que pode conferir a essas *Grundcorstellungen* (representações básicas) uma maior precisão. Diferente das ciências do espírito, que lidam com o domínio de fatos no quadro de uma *construção intelectual sistemática*.

Ora, sendo a Psicanálise fundada sobre a observação, só lhe resta refletir sobre seus resultados do modo como eles se apresentam, isto é, necessariamente fragmentados, resolvendo passo a passo os problemas que vão se colocando. Freud (1925) afirma que a Psicanálise nada mais é do que uma *Ergebnisse*

herauszuarbeiten, ou seja, literalmente “elaborar seus resultados”, deles extraindo hipóteses (*herausen*). Nesse sentido, Freud enfatiza que as ditas hipóteses estão contidas, de modo virtual, nos “resultados”, mas também sugere uma valorização da capacidade imaginativa do cientista, que o habilita a *arbeiten* – trabalhar – esses resultados para deles extrair conceitos e hipóteses. Encontraremos aqui semelhanças entre esse método freudiano e o modo como Darwin monta seu argumento em *A origem das espécies*. A comparação entre esses dois modelos será apresentada mais adiante.

Numa passagem da Conferência 35, Freud (1932) compara o trabalho do analista com o do cientista e afirma que o motivo da semelhança entre ambos é que o analista *é* um cientista. Nesse sentido, ele afirma que o progresso no trabalho científico é o mesmo que se dá numa análise, isto é, inicialmente o analista traz as suas expectativas, mas que devem ser contidas, ou seja, o analista deve renunciar às convicções precoces, de modo a não ser levado a negligenciar fatores inesperados. Mediante a observação, ora num ponto, ora noutra, o analista encontra alguma coisa nova; mas, no início, as peças não se completam. Este faz conjecturas, formula hipóteses, as quais retira quando não se confirmam, de modo que necessita de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, e, no final, todo o seu dispêndio de esforços é recompensado, os achados dispersos se encaixam mutuamente e o analista obtém um *insight* de toda uma parte dos eventos mentais.

Ainda a respeito da concepção de Freud da Psicanálise como uma ciência natural, é importante ressaltar que àquilo a que ele se referia, em sua autobiografia (1925), como *Geistwissenschaften*, corresponde ao que, na Conferência 35 (1932), ele chamou de *Weltanschauung* (concepção de mundo), ou seja, uma construção em que os fatos devem ser incluídos nas posições que lhes correspondem, ainda que neles haja elementos que resistam a tal operação. Mezan (2007) estabelece distinções bastante elucidativas: “o *a priori* prevalece sobre a observação, o desejo de completude sobre a intolerância ao não-saber e, para dizê-lo de uma vez, a arrogância sobre a humildade diante dos fatos, que caracteriza o espírito científico” (p. 333). E em seguida Mezan (2007) ressalta que não espanta que Freud fuja da companhia de tais filósofos do espírito.

Deve-se notar que Freud considera que a “concepção de mundo” (*Weltanschauung*) diz respeito a uma atitude antiinvestigativa, característica da mente infantil – é a onipotência do pensamento –, que é responsável pelo surgimento das religiões, que visam minimizar o sentimento de desamparo mediante a suposição de que seres superiores velam por nós. Embora não seja o propósito aqui discutir a visão de Freud sobre religião, é importante notar que, para ele, tanto a religião quanto as “construções intelectuais sistemáticas” – quer se refiram a *Geisteswissenschaft* ou a *Weltanschauung* – estão do mesmo lado da fronteira, enquanto é no lado oposto que se situa a Ciência, e portanto a Psicanálise.

Podemos compreender, também, a recusa de Freud em conceber a Psicanálise como uma *Geisteswissenschaft* pelo fato de as ciências do espírito estarem impregnadas de juízos de valor (Mezan, 2007). Deve-se lembrar da importância que ele atribui à neutralidade, isto é, à recusa de proferir julgamentos morais sobre os desejos e fantasias do paciente. A explicação no estilo das *Naturwissenschaften* prescinde de juízos morais: fantasias assassinas, como as que aparecem na análise do Homem dos Ratos, são estudadas com a mesma isenção que quaisquer outras, e vinculadas a causas consideradas invariavelmente apenas sob o ângulo de sua eficácia para produzir tais efeitos (Mezan, 2007).

Isto é especialmente visível quando Freud aborda temas tratados pelas *Geisteswissenschaften*, como em *Totem e Tabu*. Nada encontramos, neste livro, dos juízos depreciativos tão comuns na época sobre a inferioridade intelectual ou moral dos “primitivos”; ao contrário, o argumento parte precisamente das *semelhanças* entre a vida mental dos selvagens e a dos neuróticos e crianças *ocidentais*. Pouco se tem notado esta sua posição – francamente progressista – quanto aos preconceitos da época em que viveu, na medida em que recusa qualquer racismo e afirma a unidade do gênero humano. O mesmo se pode dizer de sua atitude diante da homossexualidade: ao considerá-la como resultado da fixação em fases pré-genitais do desenvolvimento, ele a retira do catálogo dos crimes (como era capitulada no Código Penal Alemão) para a situar no terreno das possibilidades naturais abertas à pulsão sexual. Ela se inclui entre as perversões, mas esse termo não tem a conotação de *perversidade*: trata-se do caráter infantil da vida sexual, e é por isso que Freud pode falar da criança como “perversa

polimorfa”, aludindo com essa expressão à pluralidade e à plasticidade das tendências eróticas durante a infância.

É importante esclarecer também que, quando Freud considera a Psicanálise uma ciência da natureza, o modelo de *Naturwissenschaft* é invariavelmente o da Física, que vai estar extensamente presente no discurso freudiano ao menos no manifesto de seus escritos; é daí que deriva a idéia de forças psíquicas, assim como o constante emprego de *mecanismo* e as inúmeras metáforas mecânicas, hidráulicas e elétricas que perpassam a sua descrição dos processos psíquicos. Nisso ele não se distingue dos seus contemporâneos: era imenso o prestígio daquela disciplina, cujos progressos espetaculares pareciam confirmar a cada novo desafio a veracidade da doutrina newtoniana.

Entretanto, Mezan (2007) alerta que foi pouco explorada a presença de Darwin quanto ao seu o estilo de fazer ciência, nas entrelinhas do texto de Freud, que diverge em pontos importantes do modelo newtoniano, já que a evolução por seleção natural não pode ser provada à maneira de uma hipótese da Física ou da Química. Nesse sentido, deve-se ressaltar as estratégias argumentativas de que se servem Darwin e Freud para defender sua teoria, pois enfrentam o mesmo problema: a impossibilidade de comprovar por meio de “evidência imediata e conclusiva” a veracidade das inferências que extraem de seus dados. Essa impossibilidade pode ser verificada, no caso de Darwin, dado que sua hipótese exige intervalos de tempo imensos, muito superiores à duração de uma vida humana, e também pelo caráter infinitesimal das variações adaptativas e pela escala monumental do tempo exigido para que elas se sedimentem. Já no caso da Psicanálise, a tal impossibilidade de comprovação por meio de “evidência imediata e conclusiva” refere-se ao fato de que a explicação causal faz apelo a fatores que só podem ser *supostos* e não enfaticamente *demonstrados* (quer se trate da ação atual das motivações inconscientes, quer de desenvolvimentos passados que se argumenta terem resultado no quadro atual). Portanto, o que produz a convicção de que aquilo “deve ser verdade” é a consistência interna do argumento, somada à simplicidade e plausibilidade da hipótese central (ação da seleção natural em Darwin, existência e eficácia de um inconsciente dinâmico em Freud), e ao enorme poder explicativo da teoria tomada em seu conjunto. Se assim for, Darwin está muito mais presente em Freud do que deixariam supor mesmo as

treze citações explícitas na obra de Freud. É, portanto, *o modo de fazer ciência* que os aproxima (Mezan, 2007).

Voltemos então a trechos ao longo da obra de Freud em que ele explicita a sua concepção de ciência. A seguir, apresentaremos assim, uma célebre citação de Freud, encontrada no primeiro parágrafo de *Pulsão e destinos da pulsão*, a respeito do qual Mezan (2007), de forma precisa e assertiva, designou-a como o “manifesto epistemológico” de Freud. Essa passagem expressa com clareza, o modelo epistemológico sob o qual Freud (1914) submete a Psicanálise:

“Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias — que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência — são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções — embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo ‘conceitos básicos’, que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo. Um conceito básico convencional dessa espécie, que no momento ainda é algo obscuro, mas que nos é indispensável na psicologia, é o de uma ‘pulsão’²⁶. Tentemos dar-lhe um conteúdo, abordando-o de diferentes ângulos (Freud, 1914, Vol. XIV, p. 137).

Pode-se afirmar que Freud, portanto, ao elaborar suas teorias, sempre procurou testá-las na prática clínica, ou seja, não se trata de mera especulação ou

²⁶ O conceito de pulsão foi definido como um processo dinâmico que consiste numa *pressão* ou força (carga energética), que faz tender o organismo para um *alvo* (ou *finalidade*). Tem a sua fonte numa excitação corporal; o seu *alvo* é suprimir o estado de tensão que reina na *fonte* pulsional; é no objeto que a pulsão pode atingir o seu alvo. Pulsões do *Ego* relacionam-se com necessidades ligadas às funções corporais essenciais à conservação da vida do indivíduo. A fome constitui o seu protótipo. (Laplanche & Pontalis, 1967).

divagações sobre o ser humano, mas um constante retorno às vivências clínicas, em busca de evidências que garantissem uma confirmação. Poder-se-á notar, através dos textos de Freud, o quanto o mesmo estava disposto a refutar suas próprias teorias e reformulá-las de uma outra maneira, a partir de um novo entendimento sobre determinado processo psíquico.

Em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (1914), Freud firma a sua posição enquanto empirista, e nega a presença do fator especulativo em seu método de investigação. Deve-se notar que nesse momento houve uma reformulação da teoria da libido, em que inicialmente a pulsão do *Ego*, ou de autoconservação, fora concebida como antagonista à pulsão sexual, como sendo forças de naturezas distintas. Posteriormente, passa-se a conceber uma mesma energia – a libido – para os dois grupos de pulsão, e dessa forma a teoria anterior é descartada. Tendo em vista esta modificação da teoria, o autor faz a seguinte distinção entre uma ciência erigida a partir da interpretação empírica (a qual considera-se adepto) e uma teoria especulativa: enquanto esta última é privilegiada por apresentar um fundamento logicamente inatacável, no caso da interpretação empírica suas idéias não são o fundamento da Ciência, no qual tudo repousa: esse fundamento é a observação. Parte-se de conceitos nebulosos, que serão apreendidos mais claramente no decorrer de seu desenvolvimento, de modo que os mesmos podem ser, inclusive, substituídos. Ele acrescenta que a mesma coisa vem acontecendo na ciência da Física, cujas noções básicas no tocante a matéria, centros de força, atração, etc. são quase tão discutíveis quanto as noções correspondentes em Psicanálise.

Ou seja, para Freud (1916-1917), as más interpretações da Psicanálise decorrem justamente de um afastamento da empiria. Ele alerta que os cientistas em geral não devem supor que aquilo que ele apresenta como conceito psicanalítico seja um sistema especulativo. Pelo contrário, é empírico, seja por ser uma expressão direta das observações, seja em função de um processo consistente em que as hipóteses são trabalhadas exaustivamente. Segundo ele, se esse trabalho exaustivo for executado de uma maneira adequada e fundamentada, isto se verá no decorrer de futuros progressos da Ciência. Ou seja, ele acreditava que o seu rigor epistemológico seria capaz de assegurar reconhecimento à sua prática científica. Deve-se reconhecer, portanto, a sua fé inabalável na Ciência, que para ele era a

Naturwissenschaft. Ao mesmo tempo, ao legitimar a ciência dos sonhos, afirmando sua interpretabilidade como um método adequado à execução dessa nova tarefa, ele assumia definitivamente que sua ciência não poderia se submeter aos dogmas da ciência vigente, ainda que ele próprio a considerasse uma *Naturwissenschaft*.

Nesse sentido, apesar da sua crença na cientificidade da Psicanálise, Freud reconhece, no artigo de 1913 – *Interesse científico da psicanálise* –, que a sua obra inaugural, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), selou o primeiro conflito da Psicanálise com a ciência oficial, o que passou a ser o seu destino. Ao mesmo tempo, ele defende que esta obra promoveu um alargamento do campo científico, o que nos faz pensar que ele não está de acordo com a posição da ciência oficial, já que isto não o impediu de levar adiante o seu empreendimento, cabendo a legitimação da Psicanálise ao próprio fundador, como veremos a seguir no que se refere à teoria dos sonhos.

Freud afirma que a Psicanálise eleva a condição dos sonhos à de atos psíquicos possuidores de sentido e intenção, e com um lugar na vida mental do indivíduo, apesar de sua estranheza, incoerência e absurdo. Já a pesquisa médica explica os sonhos como sendo fenômenos puramente somáticos, sem sentido, e considera-os como a reação de um órgão mental, em estado de sono, aos estímulos físicos. Não existe um meio termo entre essas duas opiniões sobre os sonhos. O argumento usado contra a hipótese fisiológica é a sua esterilidade, e em favor da hipótese psicanalítica é o fato de ter traduzido e dado um sentido a milhares de sonhos, usando esse sentido para iluminar os pormenores mais íntimos da mente humana (Freud, 1913).

Pode-se notar, portanto, que Freud passa a dispensar o critério de cientificidade da ciência vigente que seria considerado hierarquicamente superior, e legitima o método de interpretação dos sonhos como um método, segundo ele, científico:

“Fui levado a compreender que temos aqui, mais uma vez, um daqueles casos nada incomuns em que uma antiga crença popular, ciosamente guardada, parece estar mais próxima da verdade que o julgamento da ciência vigente em nossos dias. Devo afirmar que os sonhos realmente têm um sentido e que é possível ter um método científico para interpretá-los” (Freud, 1900, pág. 107).

Aqui cabe esclarecer um ponto que se refere às noções de interpretação e de teorização, o que vai nos remeter novamente à distinção entre as ciências do espírito e as naturais, em termos de suas especificidades metodológicas, uma vez que a interpretação, em Psicanálise, não deve ser confundida com a hermenêutica – que significa o método interpretativo, utilizado nas ciências do espírito. Para se compreender essa distinção, uma comparação entre a interpretação de um sonho e a análise hermenêutica da tragédia grega, oferecida por Mezan (2007), pode elucidar essa questão, quando o autor compara o modo de interpretar presente na Psicanálise com a interpretação conduzida pelas ciências do espírito, no caso, a filosofia de Nietzsche. A investigação de Freud é orientada pelo princípio do determinismo, presente nas *Naturwissenschaften*. Ou seja, a *Deutung* (interpretação) visa encontrar a *Bedeutung* (significação) de um acontecimento mental, mas essa operação não é do tipo hermenêutica. Não se trata, portanto, de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a “algo” que neles se exprime, “algo” equivalente a um princípio que deve ser captado através de suas manifestações, como em *A origem da Tragédia*, na qual o teatro grego é visto como derivado da luta e da integração entre os princípios apolíneo e dionisíaco. No caso da *Deutung*, trata-se de encontrar a causa que dá origem àquela produção específica. Interpretar um sonho é encontrar o seu sentido – o desejo inconsciente e as fantasias. Mas esse desejo é igualmente uma das *causas* daquele sonho, sendo a outra causa a “potência psíquica” que se opõe à realização dele, responsável pela censura. Ao elucidar o sentido, a interpretação revela também as causas, tanto materiais (o desejo inconsciente) quanto formais (as operações do processo primário que incidiram sobre o material original). O mesmo vale para as “tendências” cujo choque produz o ato falho, a piada, ou o sintoma neurótico: tendências, desejos e pulsões são causas eficientes, forças que determinam aquilo que aparece na consciência.

Complementando a distinção entre a interpretação em Psicanálise e na hermenêutica, deve-se notar que, diferente das ciências do espírito, a Psicanálise começou como um ramo da medicina, portanto objetivando não apenas o *compreender* o mundo psíquico, mas ainda, e principalmente, *intervir* nele, desfazendo constelações nocivas e favorecendo rearranjos mais saudáveis. Para fazer isso com conhecimento de causa, era preciso criar uma teoria que explicasse

como funciona a mente e como esta adocece. Tal teoria deveria dar conta também do funcionamento normal da *psique*. É o que, na verdade, Freud tenta no *Projeto* de 1895, e depois, com mais sucesso, no capítulo VII de *Traumdeutung (Interpretação dos Sonhos)*, criando um modelo metapsicológico que será incessantemente retomado e modificado ao longo de sua obra (Mezan, 2007).

Não podemos deixar de lado, em nossa investigação, a correlação encontrada por Freud entre a sua ciência sobre os processos psíquicos inconscientes e as manifestações culturais, o que não a torna menos *Naturwissenschaft*. Se, por um lado, reconhecia em sua epistemologia a vinculação da Psicanálise à investigação biológica, por outro lado Freud encontrava nas criações culturais um eco para a confirmação de suas hipóteses. Portanto, apesar desse salto na cultura, observa-se a manutenção da postura epistemológica de Freud diante de tal ampliação. Ou seja, Freud opera exatamente da mesma forma quando aborda questões históricas ou culturais, lembrando que uma boa parte do que escreveu trata da religião, da vida social, de obras de arte, do teatro e da literatura de ficção. Cada “objeto” destes é considerado como produto de causas discerníveis. Por exemplo, a religião é uma resposta ao desamparo infantil; as normas morais aparecem como consequência do assassinato do pai primitivo; as obras de arte são fruto da sublimação.

No que se refere à literatura, Freud (1908) concebe que os “escritores criativos”, embora desvinculados de qualquer intenção científica, apresentam teorias válidas sobre a “vida humana”. Ele espanta-se com a coincidência entre os achados de sua ciência empírica e as apreensões dos processos psíquicos veiculadas nas obras literárias, considerando-os, assim, aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta. O grande interesse despertado nos homens pela literatura decorre exatamente do fato de que os romances são capazes de expor, ainda que de forma velada, os aspectos *inconscientes* da vida psíquica. Nesse sentido, todo o prazer estético que o escritor criativo proporciona, e a verdadeira satisfação que se usufrui em uma obra literária, procedem de uma liberação de tensão no psiquismo. Talvez até grande parte desse efeito seja devido à possibilidade que o escritor oferece ao leitor de se deleitar com seus próprios devaneios, o que conduz ao limiar da investigação psicanalítica de processos inconscientes (Freud, 1908).

Ao perceber que a Psicanálise não poderia se restringir ao estudo do psiquismo individual, fazia-se necessário supor uma conexão entre a história individual, material de trabalho da Psicanálise, e os fatos histórico-sociais. O texto *Totem e tabu* (1913), constitui uma primeira tentativa de obter, a partir da Psicanálise, uma teoria dos fundamentos psíquicos da realidade histórico-social. Freud, contudo, entrevia a necessidade de abordar os assuntos históricos interdisciplinarmente, integrando o método psicanalítico de investigação às técnicas das demais ciências humanas.

Por último, é importante salientar que, na conferência introdutória de 1917, *O estado neurótico comum*, Freud volta a insistir na tese de que a Psicanálise não pretende ser apenas um procedimento terapêutico. Se ela se constitui como uma ciência empírica da “vida humana”, a técnica que desenvolve pode também ser utilizada para analisar a obra do espírito. Dessa feita, para Freud (1917):

“O que caracteriza a Psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses, sem forçar sua natureza essencial. Aquilo a que ela visa, aquilo que realiza, não é senão descobrir o que é inconsciente na vida mental” (p. 453).

Para concluir, devemos observar que o caminho percorrido por Freud, apresentado ao longo do presente capítulo, serviu para mostrar duas características principais na forma como ele conduz suas investigações. A primeira refere-se à sua postura flexível, ao buscar constantemente novas confirmações e estar aberto a refutações de suas teorias. A segunda diz respeito ao seu rigor quanto ao estabelecimento de uma articulação confiável entre seus achados clínicos e seu construto teórico. Discutimos a distinção entre ciências naturais e ciências do espírito e os motivos pelo qual Freud insere a Psicanálise dentro do primeiro tipo. Mostraremos, porém, que essas distinções não correspondem à atual divisão entre ciências humanas e naturais. Mezan (2007) sugere, por exemplo, que a Psicanálise é uma ciência humana, ao argumentar sobre o estranhamento que causa em se pensar atualmente em Psicanálise como não sendo uma ciência humana. Ao mesmo tempo, esse autor mostra a estreita fronteira com as ciências biológicas

aproximando a metodologia freudiana e darwiniana, o que será apresentado mais adiante. A fim de enriquecer nossa pesquisa sobre a cientificidade do empreendimento freudiano, apresentaremos, a seguir, autores que discutem o seu modelo de investigação, e dessa forma, não nos restringiremos ao testemunho do próprio fundador, e poderemos, assim, aumentar a tenacidade da nossa investigação.

2.2

Por uma epistemologia freudiana

Serão articuladas aqui diferentes visões de autores que se propuseram a construir uma epistemologia freudiana. Tais visões são dispostas por Paul-Laurent Assoun em sua obra *Introdução à epistemologia freudiana*. Serão explorados os discursos dos alemães Maria Dorer e Ludwig Binswanger; dos franceses Jean Hyppolite e Paul Ricoeur, além de apreciações do próprio Assoun. Serão também apresentadas as discussões norte-americanas da década de 50, conduzidas por Ernest Nagel, incluindo apreensões de Otto Fenichel e Rapaport, em que se estabelece uma investigação positivista da Psicanálise, alegando-se a falta de verificacionismo. Como aponta Assoun (1981): “Convém notar que é de epistemologia freudiana, e não de epistemologia psicanalítica, que falamos” (p. 11).

Inicialmente gostaríamos de firmar nossa posição no sentido de uma suspeita em relação a se tentar promover um estudo epistemológico do construto teórico freudiano em função das tentativas de apreensão da Psicanálise em “esquemas epistemológicos” previamente estabelecidos e restritivos. É interessante notar que o filósofo Paul-Laurent Assoun, que nos oferece em sua *Introdução à epistemologia freudiana* (1981) um panorama de algumas tentativas nesse sentido, parece compartilhar da nossa desconfiança, afirmando que se deve problematizar, com uma suspeita de ilegitimidade, a união do termo “epistemologia” ao nome de Freud. Ou seja, o que estaria sendo proposto, em tal projeto, poderia levar a um certo freudismo teorista com todos os seus riscos e seus limites. Sem dúvida alguma, é nesses termos que devemos formular a suspeita a tal empreendimento.

Porém, já que o percurso dessa dissertação nos conduziu invariavelmente para este tema – cientificidade da Psicanálise e epistemologia (pois veremos que existe uma relação intrínseca com os debates sobre Psicanálise e Neurociência) –, mostraremos, a seguir o que se tem discutido sobre o estatuto epistemológico da Psicanálise, que foi objeto de inúmeras reflexões ao longo do último século. É preciso reconhecer, entretanto, que apesar da suspeita em relação a tal empreendimento, Assoun (1981) demonstra que foi o próprio Freud que, de certa forma, reivindicou o estabelecimento desse tipo de investigação. Nesse sentido, Freud passa a ser a garantia essencial, já que é ele quem forja sua epistemologia pensando sua prática científica, como vimos anteriormente quando ele proclama incessantemente que a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*.

Ao tomar Freud como garantia para poder engendrar a sua *Introdução a epistemologia freudiana*, Assoun (1981) argumenta que embora a ambição da cientificidade da Psicanálise se encontre presente em seu fundador, este jamais a teoriza por ela mesma. Na verdade, pode-se dizer que Freud elabora um discurso epistemológico *sui generis*, sendo que, em momentos chave, sente a necessidade de formular uma espécie de plataforma epistemológica ao mesmo tempo extraordinariamente explícita e excessivamente concisa. Isto pode ser observado no primeiro parágrafo de *Pulsões e destinos da pulsão* (Freud, 1914), citação apresentada no tópico anterior, a qual Mezan (2007) designou de “manifesto epistemológico” de Freud.

Freud teoriza essa prática numa “disciplina” específica *sui generis*, para a qual produz um neologismo: o de “metapsicologia”, porém nota-se que ele não poderia fazer de outra forma ao forjar os dispositivos originais de seu saber, senão construí-lo através dos modelos epistêmicos situados e datados que o inscrevem, em seu modo de produção, no universo epistêmico do seu tempo.

Assoun (1981) defende que a epistemologia freudiana não constitui uma ficção e, no intuito de tentar explicá-la, esclarece que não se trata de aproveitar as contribuições freudianas para delas inferir uma epistemologia. Ao contrário, deve-se procurar esse fundamento epistemológico na literalidade do discurso freudiano e na objetividade de seu meio, e justifica a sua pretensão argumentando que se todo saber científico possui seu regime, é preciso que haja uma reflexão sobre as condições de possibilidade de tal saber.

Após observarmos o posicionamento de Assoun (1981), que consiste em estabelecer uma epistemologia freudiana sem tentar adequar a tal ou qual modelo, parece que outros autores que se prontificaram a investigar a epistemologia freudiana apresentaram posturas diferentes, no sentido de tentar encaixar a Psicanálise em modelos epistemológicos restritos já existentes, o que poderá ser conferido através do retrospecto que esse autor nos oferece.

Deve-se notar que desde muito cedo se tentou promover uma epistemologia da Psicanálise, em que os autores pareciam preocupados em ir mais além do que o próprio Freud no caminho da sistematização do saber freudiano e em conferir-lhe precisamente suas credenciais de nobreza epistêmica. Aquilo que Freud, de certa forma, se recusa a fazer, inúmeros daqueles que investigam o caráter epistemológico da Psicanálise, desde o início do século, comprometem-se a realizá-lo com pompa. Como se observa no artigo de Kronfeld (*Freud, a filosofia e as filosofias*, 1911), que se propunha a fornecer uma exposição completa da Psicanálise, considerada como um conjunto organizado, o que provocou uma reação irônica de Freud numa carta a Abraham: “Kronfeld demonstrou, pela filosofia e pelas matemáticas, que tudo o que nos atormenta não existe, porque não pode existir. Assim, estamos agora a par. E está terminado!”²⁷” Aqui observa-se que se trata de uma recusa, por parte de Freud, de toda a tentativa de sistematização epistemológica dedutiva (Assoun, 1981).

Uma das primeiras tentativas de se estabelecer uma epistemologia freudiana foi empreendida por Maria Dorer na Alemanha, em 1932. Buscando as “origens históricas” do freudismo, Dorer tentou mostrar a filiação da Psicanálise à Psicologia oriunda de Herbart²⁸, o que chamou de herbartismo de Freud, que teria chegado a ele por intermédio de seus mestres vienenses, principalmente Meynert.

Dorer acaba por concluir que a Psicanálise é uma forma de materialismo ingênuo, ou seja, um prolongamento de uma teoria anterior, materialista e naturalista, completamente inadequada ao estudo do objeto humano. Nesse sentido, defende que à teoria freudiana faltaria uma *axiologia*²⁹. Aqui parece que

²⁷ Retirado de Assoun, 1981, p. 20.

²⁸ Pode-se observar na obra de Herbart ecos dos conceitos freudianos de representação (*Vorstellung*), recalque (*Verdrängung*) etc. Sobre o assunto confere: Assoun (1981).

²⁹ “Axiologia” refere-se ao estudo ou teoria de alguma espécie de valor, especialmente dos valores morais (Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa).

no espírito de tal pesquisadora teria sido descoberto o culpado: trata-se do materialismo levando Freud a uma incurável cegueira axiológica.

Podemos notar que Dorer utiliza uma estratégia de exagerar o impacto desses modelos anteriores sobre Freud, o que justificaria a tal falta de uma axiologia mencionada acima. Mais ainda: Freud, segundo ela, preso às suas origens materialistas, mecanicistas e deterministas, legou à sua filha, a Psicanálise, uma doença incurável: a ausência de todo “sentido de valores”. Assim, esse resgate das origens parece ter o propósito de desacreditar o freudismo, de modo que a hereditariedade do materialismo passa do ancestral Herbart a seu último produto, Freud, por intermédio de substituto Meynert, e, sendo assim, estaria desvendada a originalidade freudiana.

Nesse sentido, Dorer exagerou a influência dos modelos científicos herbartianos nas formulações teóricas sobre a prática de Freud, buscando na história tão somente um alibi para se desvencilhar da apreciação da novidade que Freud engendrava. Ao mostrar as origens, o discurso descritivo se converte em diagnóstico. A Psicanálise freudiana *não é e não* poderia ser *senão* isso: uma nova aparição do herbartismo. Sua identidade só é recuperada para melhor ser renegada: a fidelidade histórica tem por efeito e finalidade abolir o inédito freudiano (Assoun, 1981).

Não se trata de negar a influência do modelo de Herbart sobre Freud, aliás, pelo contrário, há raízes significativas da teoria metapsicológica em tal modelo. Mas deve-se questionar o uso que Dorer faz de tal influência, pois no lugar de mostrar seus aspectos impulsionadores que conduziram ao inédito freudiano, ela focou naquilo que poderia ser visto como fatores aprisionadores que pudessem se contrapor à pretensão da construção de um modelo de aparelho psíquico.

Discutiremos agora as apreensões que Ludwig Binswanger (1936) faz sobre o freudismo. Considerando a pretensa oposição entre ciências naturais e as ciências do espírito, este autor afirma que o modo de conhecimento derivado das ciências naturais, com o qual identifica o freudismo, é absolutamente inadequado ao estudo da realidade humana, propondo, em alternativa, uma abordagem *fenomenológica*.

Binswanger reconhece, entretanto, que Freud não teria como fugir das determinações histórico-epistemológicas que o fizeram conceber a Psicanálise como uma ciência natural (*Naturwissenschaft*), e, nesse sentido, a epistemologia não se configura como um *problema*, e sim uma *determinação*. Assim, apesar de o fundador da Psicanálise ultrapassar os modelos epistemológicos de seu tempo, introduzindo um novo objeto no campo das ciências naturais, o seu naturalismo é, ao mesmo tempo, uma restrição, na medida em que ele, aferrado aos esquemas explicativos da ciência natural, teria relegado a segundo plano a dimensão propriamente existencial do homem.

Assoun (1981) comenta que a avaliação da episteme freudiana por Binswanger acaba por restringir a mesma. Ao interrogar-se, em 1936, sobre a *concepção freudiana do homem à luz da antropologia*, Binswanger situa seu eixo na elaboração da idéia do *homo natura* numa teoria naturalista. Em outras palavras, o homem seria apreendido em sua imanência pura, como “natureza”; e é isso que conduziria a Psicanálise, segundo Binswanger, ao modelo das *Naturwissenschaften*. Nesse sentido, esse autor defende que o processo dialético de redução, que Freud utiliza como instrumento metodológico para a construção teórica da sua idéia do homem, é, até em seus últimos detalhes, o das ciências naturais. Entretanto, com Binswanger (1936) sua origem – que até então constituía sua força –, subitamente volta-se contra ele como uma tara da perspectiva existencial. Ou seja: a única abordagem válida para se estudar o homem seria o existencialismo. Nota-se que ele defende que Freud estuda o homem com a mesma “objetividade”, com a mesma devoção existencial ao “objeto” quanto a usada para estudar, no laboratório de Brücke, a *medula* do *annocoetespretomyzon*: aqui com a ajuda aguçada do microscópio; lá, com a ajuda de seu ouvido aguçado por seu “sentido” e seu “gênio” infalíveis para as “condições humanas”. Em lugar da comunicação recíproca, “pessoal” na relação entre-nós, aparece a relação unilateral – isto é, não reversível – do médico e do paciente; e a relação mais impessoal do pesquisador com seu objeto teórico de pesquisa. Para Assoun (1981), o diagnóstico final de Binswanger seria restritivo, e referir-se-ia à aceção de que a ciência da natureza não constitui a totalidade da experiência do homem pelo homem. Eis que se instala a mutilação na objetividade freudiana com o modelo naturalista que o sobre-determina, a ambição de

“construção científica” equivalendo, finalmente, a uma destruição de sua historicidade (Binswanger, 1936).

Na França, certa corrente filosófica abordou a questão da identidade fenomenológica freudiana. O texto mais significativo, porque abre caminho a toda uma linha de pesquisa, é o do filósofo hegeliano Jean Hyppolite, *Psicanálise e filosofia*³⁰. Este autor se considera ambivalente em relação à obra freudiana. Ou seja, ao mesmo tempo em que nutre um sentimento de uma descoberta perpétua, de um trabalho em profundidade que jamais deixa de colocar em questão seus próprios resultados para abrir novas perspectivas, também reconhece um sentimento de decepção. Isto ocorre pois, embora na obra de Freud se encontre o caráter da pesquisa e da descoberta, esse aspecto contrasta-se com a linguagem positivista, que é oriunda da metodologia das *Naturwissenschaften*. Parece que esta última afirmação dará muito o que falar, pois se refere à concepção de que haveria dois Freud: de um lado o da pesquisa fecunda; do outro, o da doutrina rotulada sumariamente de positivista.

Hyppolite sugere, portanto, que para apreciar a significação filosófica da obra freudiana não se deve temer ir além de certas formulações do Mestre e explicitar um sentido que ele mesmo não formulou. Em outras palavras, a pesquisa de Freud vale infinitamente mais que a linguagem pela qual ele a decifra: é preciso separá-la da linguagem para reconquistá-la em sua pureza primitiva. Esse é o trabalho filosófico sobre a Psicanálise: depuração da ganga positivista, admitindo as aquisições essenciais da investigação freudiana relacionadas à interpretação dos fenômenos de consciência como fenômenos significativos, onde se observa uma revolução no método de exploração do psiquismo. Portanto, de acordo com Hyppolite não se pode salvar a preciosa aquisição de Freud senão retraduzindo-a na linguagem estruturada da Fenomenologia, graças ao suplemento da “psicanálise existencial”. Heidegger e Sartre encarregaram-se de corrigir a linguagem incorreta de Freud. No espírito dos fenomenólogos, não há nem suspeita de traí-lo, pelo contrário, ambição de completá-lo. Só que ao preço de civilizar sua linguagem grosseiramente positivista (Assoun, 1981).

³⁰ Artigo não datado, mas provavelmente escrito em 1955 e reproduzido na coletânea *Figures de la pensée philosophique*, t. I, p. 373s (Assoun, 1981).

Assoun (1981) critica a postura dos fenomenólogos franceses e levanta o seguinte questionamento que vale reproduzi-lo de forma literal:

“Ao despojar a Psicanálise dessa linguagem na qual ela se pensa e forja seus termos, não é a própria identidade freudiana que se atinge? Por detrás dessa pretensão de salvar a Psicanálise, não é a contestação da identidade epistemológica da Psicanálise que está em jogo? Tudo se passa, a seguirmos o raciocínio de Hyppolite, como se a Psicanálise pecasse por sua parte teórica: seu valor viria daquilo que ela investiga, das unidades de sentido que elucida; mas sua fraqueza proviria do essencial: da plataforma epistêmica, dos princípios e da linguagem” (p. 30).

Nesse sentido, podemos pensar que, de acordo com Hyppolite, metodologicamente a Psicanálise seria uma atividade dialética, que teria por principal atividade a exegese, ou seja, a minuciosa interpretação de uma palavra ou de um texto, ou minuciosa busca de significados nos discursos. Mas a linguagem positivista a impediria de realizar sua *vocação* de ciência humana. Aqui, mais uma vez, presentifica-se a suposição de que a linguagem utilizada determina a postura epistemológica adotada. E se analisarmos de forma mais profunda podemos pensar também em termos de disputas políticas no campo das ciências, ou seja, a “psicanálise freudiana”, contaminada pelo positivismo das ciências naturais *versus* a “psicanálise fenomenológica”, purificada, renovada; enfim: superior!

Ora, parece que, nesse “episódio Hyppolite”, podemos apreender não apenas parte importante dos debates em torno da epistemologia da Psicanálise, mas também a constante disputa e os jogos de poder observados no campo das ciências para a detenção do saber por determinado grupo e não por outro. Quem tomará posse da teoria freudiana? Os médicos, filhos das ciências naturais, ou os filósofos, herdeiros das ciências do espírito? Talvez a resposta esteja relacionada à célebre expressão: “Quem dá mais?” Isso nos faz considerar a hierarquização dos modelos em jogo. Ou seja: parece aqui que determinado pressuposto teórico e sua metodologia são considerados mais válidos do que outro pressuposto, o que acaba por bloquear o caminho da investigação, como demonstra Assoun (1981):

“O que nos parece ter bloqueado o caminho a uma investigação rigorosa da identidade freudiana foi essa representação latente de um Freud, filho ingênuo do saber, revelando mundos de sentido com a inocência epistemológica do não-filósofo. Filho que deveria ser assistido para que pudesse tomar consciência dos princípios que lhe permitiram descobrir tantas maravilhas, mas que ele mesmo

não conheceria. Foi neste sentido que, muito cedo, os provedores de visões do mundo (...) acorreram para a Psicanálise, insistindo em salvá-la, apesar das recusas de Freud” (p. 32).

Ora, será que não é isso o que está em jogo quando a Neurociência se oferece como salvadora da Psicanálise por sua inocência em função de sua pobreza epistemológica? Aqui podemos pensar que o que antes se constituía como as ciências do espírito tentando salvar a Psicanálise hoje corresponderia àquilo que as ciências naturais – neurociências – pretendem proporcionar: a sua validação. Ou seja, assim como Heidegger e Sartre, segundo Hyppolite, se encarregaram de corrigir a linguagem incorreta de Freud, Eric Kandel encarregou-se de apresentar o que ele chamou de “*insights* biológicos”, que por sua vez podem validar a teoria psicanalítica. Além de Kandel propor, de modo semelhante aos fenomenólogos, uma reformulação dos conceitos psicanalíticos, substituindo-os por aqueles da Neurociência Cognitiva cujas pesquisas a partir das quais foram erigidos são mais confiáveis.

A conclusão parece se impor por si só: mudam os nomes, mas o mecanismo é o mesmo. Evidentemente não se trata de rejeitar a Fenomenologia ou a Neurociência: sabemos que a filosofia fenomenológica pode enriquecer a mente do psicanalista, assim como os recentes conhecimentos neurocientíficos. A questão está noutra parte: quando se trata de um campo tentar adequar o outro à sua própria forma de pensar e agir, é aí que duvidamos de tal pretensão.

Voltemos, porém, aos debates em torno da epistemologia freudiana. Outro importante autor, também francês, que deu continuidade ao pensamento de Hyppolite, foi Paul Ricoeur, que em 1965³¹ apontou em Freud uma dualidade insolúvel entre uma *energética* e uma *hermenêutica*. Ricoeur considera que a Psicanálise freudiana é, de fato, uma disciplina hermenêutica, uma vez que a clínica é sempre conduzida através da interpretação. Porém, o que intriga Ricoeur é a manutenção por Freud do “ponto de vista energético”. Dessa forma, ele se pergunta como a hermenêutica freudiana passa pela energética. Ou ainda, o que é este discurso da energia que somente se efetiva numa hermenêutica. Por fim, este

³¹ Em 1961, Paul Ricoeur abordou “O problema epistemológico do freudismo” (título da p. 75) em conferências na Universidade de Yale que deram lugar à obra surgida em 1965 – *De l'interprétation, essai sur Freud*.

epistemólogo defende que o freudismo só existe pela recusa dessa passagem – do econômico para o significado.

Todavia, como, segundo Assoun (1981), a investigação de Ricoeur teve por efeito danoso clivar a temática freudiana em duas partes, imediatamente uma das partes, denominada energética, viu-se condenada à recessividade. O *Projeto* de 1895, forma originária da construção freudiana, servira, então, para apresentar uma energética sem hermenêutica. Ou seja, Ricoeur concebe que Freud constrói, sob efeito mecânico de seu meio científico, uma espécie de objeto arcaico, marcado com o selo do energitismo de seu tempo. É somente quando pressionado por seu trabalho de interpretação de sonhos que Freud consegue emergir para o plano hermenêutico. Portanto, para esse autor tudo se passa como se o saber freudiano se constituísse e progredisse sob o signo de uma *consciência epistemológica infeliz*, vivendo confusamente a contradição entre um modelo teórico energicista e uma exigência hermenêutica. Somente nos ensaios de *Metapsicologia* (1915), dando um passo à frente e com maturidade, as duas exigências do discurso analítico atingem seu ponto de equilíbrio: o ponto de vista econômico-tópico sendo aí sistematizado, enquanto que, por outro lado, a articulação entre pulsão e representação permite reintegrar o inconsciente “na circunscrição do sentido”. Sendo assim, parece que, para esse autor, se constituiria uma união precária entre força e sentido: não harmonia, mas só desajeitamento amarrado num labor obstinado. Não fusão amorosa, mas divórcio superado (Assoun, 1981).

Para Assoun (1891) o que Ricoeur elabora é, na verdade, uma “epistemologia do freudismo” e não uma “epistemologia freudiana”, freudismo entendido aqui como um desligamento do próprio Freud, ou seja, um afastamento de suas origens. Lendo a obra tão argumentada e documentada de Ricoeur, tem-se a impressão de que a hermenêutica se debruçou sobre o berço do freudismo com a finalidade de depurá-lo de sua origem deplorável: esta, por mais pertinente que seja evocada, aparece, finalmente, como um meio para repeli-la. A teoria do sentido só conhecerá sua assunção pela ultrapassagem dos limites dessa origem. Isto quer dizer que o propósito de Ricoeur é muito mais, segundo suas próprias palavras, o de elaborar uma “epistemologia do freudismo” do que uma epistemologia freudiana. A epistemologia freudiana, caracterizando o húnus

nativo no qual germinou Freud, é, de fato, clivada: uma parte cai como despojo morto, no desembaraço dos conceitos mecanicistas do século XIX; a outra, por sua vez, dissolve-se no tabuleiro das interpretações. O freudismo se desliga decididamente de Freud. A Freud sua identidade, com sua recessividade histórica; ao freudismo seu futuro na teoria universal do sentido (Assoun, 1981).

Segundo o diagnóstico de Assoun (1981), essa visão fecha o caminho a uma epistemologia freudiana tal como a concebe. O acesso à identidade freudiana supõe não que a confrontemos diferencialmente com outro saber, como a Fenomenologia, mas que o re-enraizemos em seu húmus próprio, sem preconcepção de recessividade, descobrindo sua historicidade, não como uma reserva, tampouco como um dado bruto, mas como um esquema de constituição que lhe pertence de pleno direito. O saber freudiano, mesmo que seja uma criança ingênua, não tem necessidade de novo batismo.

É importante perceber que as tentativas de Dorer, Binswanger, Hypollite e Ricoeur têm por característica comum a aproximação da problemática freudiana com a atividade das ciências humanas. Mas podemos perceber que estes autores contrapõem ainda as ciências humanas às ciências naturais. Para eles, trata-se de dois reinos distintos: apenas às ciências naturais caberia a *explicação* dos fenômenos, enquanto que as ciências humanas, visando a *compreensão* do humano, seriam despojadas de qualquer dimensão especulativa. Ricoeur, por exemplo, não analisa o estatuto do “discurso energético” de Freud, embora conclua que a Psicanálise jamais poderá ser uma ciência como a Física ou a Biologia. Todavia, a *necessidade* energética de Freud acaba por não ser problematizada. Não há lugar para a energia na hermenêutica de Ricoeur.

A seguir apresentaremos as discussões norte-americanas que se constituem nas apreensões positivistas da Psicanálise. Na obra de Otto Fenichel, *A teoria psicanalítica das neuroses* (1945), encontra-se definida uma epistemologia psicanalítica em um manual, cujo impacto torna importante o exame desse modelo epistemológico.

Nota-se que Fenichel (1945) não procura extrair do freudismo uma epistemologia, mas sim formalizar os elementos do saber analítico. Deve-se, portanto, questionar se seria digna de ser chamada de epistemologia freudiana. Para julgar, devemos nos reportar às “considerações preliminares”, onde o autor

define as generalidades subjacentes do edifício freudiano. Inicialmente ele parte de uma dualidade de interpretações sobre a origem da jovem ciência psicanalítica. Um dos aspectos dessa dualidade refere-se à idéia de que Freud teria transposto para o domínio dos fenômenos mentais os princípios da biologia materialista de sua época; a outra forma de compreensão seria que no momento em que as ciências naturais se encontravam em seu apogeu, a contribuição de Freud consistiu numa reviravolta contra o espírito de seu tempo; viu-se forçado a reconhecer a existência daquilo que é irracional.

Em favor da primeira tese, Fenichel (1945) lembra que a Psicanálise representa um claro passo à frente para a introdução do pensamento científico em psicologia, considerando o campo das manifestações mentais do ponto de vista das ciências naturais. Aqui o autor concorda com as teses que insistem na filiação de Freud a seus mestres vienenses. Acrescenta, porém, para alimentar a segunda tese, que Freud conquistou, nessa investigação, uma nova região: para dizer a verdade, todo o domínio humano. A sua originalidade consistiria, assim, no fato de que ele teria ganhado para as ciências naturais “toda uma região da natureza” que elas haviam abandonado: o espírito humano. O efeito obtido por Fenichel foi o de lutar contra o cerebralismo segundo o qual o espírito é o cérebro, enfatizando fortemente a existência de uma esfera mental.

Para Assoun (1891), Fenichel não alega, como faz Maria Dorer, por exemplo, um limite axiológico, em que se recorre às origens de Freud como atestado de condenação. Fenichel afirma ser a matéria da Psicanálise irracional, não o seu método. Portanto, na aparência, ele não tem necessidade de nenhuma muleta para sustentar o freudismo; e começamos a esperar que haja aí um real respeito pela identidade epistêmica freudiana. No entanto, observando mais de perto, percebemos que, ao neutralizar as categorias epistêmicas de Freud, esse autor atenua a diferença para, finalmente, negá-la. Isto é feito por uma insidiosa tradução das categorias operando em Freud. Ao rejeitar o irracional no objeto, Fenichel só pensa a continuidade da Psicanálise com as ciências da natureza ao preço de postular uma espécie de *mentalismo* de conotação biológica e ecológica. Com efeito, postula imediatamente uma psique apreendida na troca de dois fatores constitutivos que ele batiza de *necessidades e meio*. As dimensões da metapsicologia freudiana – os pontos de vista dinâmico, econômico e tópico – são

estranhamente rebatizadas pelo autor em função de um *desenvolvimentalismo*, isto é, são referidos a um determinante único e global batizado de “desenvolvimento mental”. Com a epistemologia freudiana engendrada por ele, a base freudiana – principalmente no que se refere ao modelo de aparelho psíquico e suas instâncias – torna-se danificada. Ou seja, dinâmica, econômica e tópica pulsionais são mantidas com uma semelhança que vai até a miragem. Mas quando prestamos atenção a seu conteúdo, percebemos que foram transpostas para um registro mentalista de dimensão *genética*. Assim, no lugar da metapsicologia pulsional, instaura-se uma psique dependente de duas dimensões chamadas de “dinâmica mental” e de “economia mental”, às quais se acrescenta, com uma dissimetria significativa, um ponto de vista estrutural-genético. Porque a base freudiana foi danificada, tendo a dimensão tópica sido substituída, inesperadamente, por um ponto de vista estrutural. De fato, as categorias pulsionais são traduzidas na linguagem da Psicologia anglo-saxônica. A prova está em sua totalidade psicologista, criando uma surpreendente mescla que redefine o empreendimento freudiano, desviando, no entanto, muito insensivelmente, seu vocabulário.

Fenichel nos fornece, pois, o exemplo de uma desfiguração da identidade freudiana, de modo que, aqui, a referência à literalidade constitui o meio mais seguro da inflexão, à maneira de um registro ingênuo e fotográfico que perderia a alma do sujeito. É nesse sentido que a horizontalização fenicheliana do ensinamento freudiano não se eleva a uma epistemologia freudiana. Dito de outro modo, quando o autor tenta sistematizar a obra freudiana, buscando estabelecer nela uma coerência interna desgarrada de qualquer problematização epistemológica, temos no seio da Psicanálise o estabelecimento de uma “contra-epistemologia”. Pois não se trata, numa verdadeira investigação epistemológica, apenas de se “ver como funciona”. Ao contrário, é necessário referenciar uma determinada prática de conhecimento a uma teoria das ciências para, a partir daí, tentar compreender seus esquemas de funcionamento. A “contra-epistemologia” de onde parte o autor é bem conhecida: pressupondo que a Psicanálise consiste numa transposição ao domínio do mental dos princípios da biologia materialista dos tempos de Freud, Fenichel constrói sua “sistematização” da Psicanálise sobre a base do positivismo. Contudo, ao fazer equivaler a suposição freudiana de que há uma “base biológica” dos fenômenos psíquicos com os achados *positivos* da

ciência biológica, perde de vista a problematização dos limites do método científico em relação ao conhecimento.

Nos anos 50, o problema epistemológico da Psicanálise é abordado de frente. A esse respeito, o acontecimento significativo foi o simpósio realizado na cidade de Washington em 1958 sobre o tema *Psicanálise, Método científico e Filosofia* (Assoun, 1981). Nesse simpósio a Psicanálise é interpelada do ponto de vista de uma epistemologia geral pedindo-lhe explicações. Ao mesmo tempo em que se considera a exigência do próprio Freud em relação à cientificidade da Psicanálise, esta última é surpreendida em flagrante delito de deficiência epistêmica.

Nesse sentido, as discussões conduzidas por Ernst Nagel³², constituídas nas apreensões positivistas da Psicanálise, se configuram essencialmente na crítica às suas pretensões científicas, mostrando que seus resultados não poderiam ser verificados. É denunciada então a miséria epistemológica da Psicanálise, que não atende às exigências de uma epistemologia geral. Nagel (1959) afirma que ela não possui meios objetivos de validação empírica, e nem constitui processos de verificação aceitáveis pelas ciências naturais “sérias”, o que se deveria creditar ao fato de que a Psicanálise “parou no tempo” e não é nada mais que uma forma ultrapassada de ciência. Naquela que é considerada sua obra inaugural, a *Interpretação dos sonhos*, Freud contrapunha-se à tese científico-positivista de que os sonhos não guardavam nenhum sentido, sendo passíveis de explicação apenas pelos processos fisiológicos a eles associados.

Portanto, os argumentos centrais desenvolvidos na linha de Ernst Nagel abrangem desde a noção de que a Psicanálise não repousa sobre fatos e procedimentos, já que é construída com conotação metafísica, até a noção de que a *interpretação* freudiana remete à arbitrariedade, por não se apoiar em procedimentos permitindo objetivar tal configuração de enunciados. Deve-se notar que esse enfoque abre caminho, sobretudo, ao vasto campo de pesquisas proposto pela formalização dos enunciados, na perspectiva do Círculo de Viena ou da filosofia analítica inglesa. Pode-se constatar que, simultaneamente, fica desconsiderada a questão da idiosincrasia epistêmica freudiana. Ou seja, a

³² *Methodological issues in psychoanalytic theory*, A Symposium edited by Sidney Hook, Nova York, 1959.

idiosincrasia freudiana é, pois, submetida ao tribunal epistemológico, e logo se acha condenada em face de uma lei definida numa racionalidade externa à esta idiosincrasia. Ela sucumbe então como um resíduo histórico ultrapassado pela evolução científica. Eis, assim, o freudismo reduzido a um conglomerado de noções ultrapassadas e de fatos inverificáveis (Assoun, 1981).

Esta postura epistemológica fomenta nos Estados Unidos um movimento de revisão dos conceitos psicanalíticos no sentido da adequação da Psicanálise aos parâmetros epistemológicos previamente estabelecidos na forma das ciências naturais. A questão consiste em decidir se ela preenche as condições enunciadas como características da teoria, vale dizer, se é subsumível sob as categorias definindo a formalidade da Teoria, esta última entendida aqui da seguinte forma: toda *teoria* digna deste nome deve ser suscetível de validação empírica e de procedimentos determinados de verificação.

David Rapaport (1958) é um dos artífices da adaptação da Psicanálise à epistemologia positivista, na medida em que tenta traduzir os conceitos psicanalíticos em seus “observáveis”: conduta, estrutura e organismo. Esse autor considera que a metapsicologia representa apenas a manutenção na Psicanálise de modelos pseudocientíficos ultrapassados pelo desenvolvimento das ciências, que acabariam mascarando a “verdade experimental” nela contida. Dessa forma, a Psicanálise, atendo-se aos processos diretamente e positivamente “observáveis”, aproxima-se do behaviorismo, de forma a superar qualquer dimensão especulativa, e supõe-se que é possível realizar uma observação positiva neutra e desinteressada, apenas descrevendo as coisas “tais quais se dão à observação”. Pode-se dizer que, com esse autor, a metapsicologia freudiana fica aliviada de sua “mitologia”. Desta vez, a limpeza dos princípios é levada a cabo: a dinâmica do recalque é pluralizada numa soma de manifestações testáveis; a tópica se espatifa num quebra-cabeça hipotético; a energética se quantifica obstinadamente em “indicadores”. Convertido em objetividade operacional, o freudismo se purifica tanto que se evapora (Assoun, 19891).

Aqui temos a chance de seguir outro caminho: referenciar a formação dos conceitos e da prática freudiana aos modelos *históricos* e *epistemológicos* de que Freud se serviu para a constituição de sua ciência, a fim de se estabelecer não uma epistemologia, mas o que este epistemólogo denomina de *identidade epistêmica*

da Psicanálise. Partimos, pois, deste *fato* elementar – de que há reivindicação por Freud da Psicanálise como *saber*. Ora, todo saber tem suas regras de funcionamento próprias e seus referentes específicos, agindo na constituição e na produção deste saber. É necessário compreender o que são estas regras e estes referentes, e como funcionam, desenhando, em sua terra natal e em sua linguagem de origem, esta *identidade epistêmica* que condiciona a posição de todo discurso relativo a Freud.

Nesse sentido, Freud faz uso dos modelos historicamente datados das ciências de sua época para constituir, por uma espécie de “barroquismo epistemológico”, a sua própria ciência. Devemos, portanto, estabelecer as “influências históricas” (entendidas como os modelos históricos de que se serviu para dar expressão a sua descoberta), e a partir delas avaliar os pontos de ruptura e as transições que o pensamento freudiano representa. Dito de outro modo, a tarefa prévia de uma epistemologia freudiana seria efetuar um trabalho preciso de localização histórica que nos leve, por meio de transições e rupturas, até a fronteira onde a conformidade das linguagens desemboca no inédito do objeto. Devemos estar cientes dos riscos que assumimos ao tentar descrever a epistemologia freudiana por aquilo que ela *não* é, ou seja, por seus antecedentes históricos em relação aos quais a Psicanálise vem a se apresentar ora como ruptura ora como continuação. Mas aí surge um novo obstáculo: esta fidelidade à idiosincrasia histórica de Freud não tem por efeito reduzir a mensagem revolucionária de que ele é portador? De fato, uma introdução à epistemologia freudiana indígena, tal qual a concebemos, é levada a enfatizar a dimensão histórica: não está ela, pois, sujeita a esmagar o inédito freudiano sob o peso dos modelos históricos dos quais deriva? (Assoun, 1981).

Mas – nos perguntamos – os modelos históricos de que Freud se serve devem ser procurados do lado de Helmholtz, Brucke e Herbart – cientistas eminentes da sua época –, ou também eles, tributários dos modelos científicos vigentes no final do século XIX, tiveram suas práticas científicas configuradas por tais modelos? Perguntando radicalmente: quais os limites da influência histórica? Serão os cientistas do século XIX, como quer Assoun, os fornecedores dos modelos histórico-científicos em relação aos quais se definiu Freud? Talvez seja mais profícuo procurar do lado de Galileu, Newton e Descartes, ou seja, na

história da Ciência Moderna e em seus desdobramentos epistemológicos, os modelos históricos que condicionaram a prática de todos estes cientistas do século XIX.

As discussões acima mostram como são delicadas as questões envolvendo psicanálise e epistemologia. Porém, nos parece que esse quadro vai além da problemática científica e abrange questões humanas relacionadas à competitividade e obtenção de poder, que aqui se manifestam através das disputas pela soberania de determinado modelo epistemológico em detrimento de outro.

2.3

A Psicanálise é ciência?

Dando continuidade à nossa investigação, decidimos apresentar brevemente a crítica do epistemólogo contemporâneo Karl Popper, cuja relevância para nós reside no fato de ter sido bastante difundida, mas não por seu conteúdo. Demonstraremos, inclusive, duas avaliações dos popperianos Adolf Grünbaum e de Gregório Klimovsky, que servirão aqui para reforçar a nossa crítica aos pressupostos popperianos. É examinada criticamente a insuficiência da epistemologia popperiana para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida.

Deve-se notar que as objeções que Popper faz à cientificidade da Psicanálise são compatíveis com os pontos de vista que desenvolve relativos à primeira fase de sua epistemologia. Estava então voltado para o estabelecimento de um critério de demarcação entre ciência e pseudociência, servindo a Psicanálise – assim como a Astrologia – como um bom exemplo da segunda, sobretudo por não oferecer possibilidade de ser testada por algum enunciado básico que a refutasse. Além do mais, o que insinua na crítica às observações clínicas é que estas não só seriam *teorias* que interpretariam os dados, mas que na melhor das hipóteses cairiam nos velhos vícios dos processos indutivos.

Mesmo que se aceite o critério proposto, não nos satisfaz a vasta gama de produção científica que ficaria relegada à pseudociência, num limbo epistemológico pouco diferenciado: Psicanálise/ astrologia/ teoria da seleção natural de Darwin. Nota-se, portanto, que o critério de demarcação de Popper em

relação ao estabelecimento de uma distinção entre ciência e pseudociência foi excessivo. Entretanto, de certo modo a mesma insatisfação acometeu Popper, daí propor o método de Conjecturas e Refutações e a “Análise ou Lógica Situacional”, o que permitiria à Psicanálise receber outro tratamento, mas que ainda assim nos parece insuficiente.

Ou seja, apesar dessa pseudo-mudança, deve-se notar que a teoria psicanalítica, dentro de critérios de cientificidade estritamente popperianos, não se sustenta como ciência, mas apenas enquanto um empreendimento racional. Isto significa que se constitui num conjunto de hipóteses, que, quer sejam ou não passíveis de testabilidade e refutabilidade, segundo critérios popperianos, permite a discussão crítica de suas proposições e implicações. Portanto, a Psicanálise deveria encontrar a sua *racionalidade* na proposta popperiana, como um Programa de Pesquisa Metafísica, programa este que, apesar de não ser científico, é útil à Ciência. Dito de outro modo, a Psicanálise poderia ter pretensões de racionalidade, mesmo não sendo científica. Quando Popper aproxima Freud de Darwin, alegando que a teoria freudiana, da mesma forma que a darwiniana, oferece o que ele chama de “uma lógica” das situações, ele está reconhecendo abertamente o caráter racional da teoria freudiana. Entretanto, apesar de passar a atribuir à teoria freudiana o mesmo estatuto que a teoria da evolução, não se configura em nada além do que um programa de pesquisa metafísica útil à Ciência (Quilliot & Quilliot apud Saporiti, 1994)³³.

Apesar de tentar aliviar a Psicanálise da designação de pseudo-ciência, deve-se notar que é no primeiro capítulo de *Conjecturas e refutações* (1972) que Popper expõe suas críticas mais extensas e incisivas a ela. Faz duas críticas principais, quais sejam, a *excessiva capacidade de explicação* e a *falta de critérios de refutação*, a favor das quais apresenta uma série de argumentos, e concebe que o modelo psicanalítico de investigação não constitui um empreendimento científico capaz de validar suas hipóteses.

No que se refere ao primeiro ponto – *excessiva capacidade de explicação* – ele comenta que não conseguia imaginar qualquer tipo de comportamento humano que ambas as teorias – de Freud e de Adler – fossem incapazes de explicar. Explica que isso se dá pois as observações clínicas, como qualquer tipo

³³A *cientificidade da Psicanálise – Popper e Pierce*. Saporiti, 1994.

de observação, são interpretações empreendidas à luz das teorias, e por esta razão podem parecer sustentar as teorias à luz das quais foram interpretadas. Em relação à segunda crítica – *falta de critérios de refutação* –, aponta para a falta de observações que sejam empreendidas como testes (“tentativas de refutação”), que, por sua vez, possam estabelecer condições para que a teoria, não um diagnóstico em particular, seja possível de ser refutado.

Este epistemólogo critica também a idéia de uma confirmação da teoria a partir de experiências anteriores, uma vez que os analistas freudianos afirmam que suas teorias são constantemente verificadas por “observações clínicas”. A esse respeito, relata uma conversa que teve com Adler, em que lhe informou de um caso, sendo que este não teve qualquer dificuldade em analisar nos termos da sua teoria do “sentimento de inferioridade”, embora nem mesmo tivesse visto a criança em questão. Indagou-o, então, como podia ter tanta certeza, ao que Adler respondeu que já teve mil experiências desse tipo. Popper retrucou alegando que, com esse novo caso, o número passaria a mil e um, de modo que suas observações anteriores poderiam não merecer muito mais certeza do que a última; cada observação havia sido examinada à luz da experiência anterior, somando-se ao mesmo tempo às outras como confirmação adicional (Popper, 1972).

A fim de legitimar a sua crítica ao empreendimento psicanalítico, Popper (1972) cunhou a expressão *efeito de Édipo* para designar a influência exercida por uma teoria expectativa ou predição sobre o acontecimento previsto ou descrito. Ele nos remete à série de acontecimentos casuais que levaram Édipo ao parricídio a partir da predição desse evento pelo oráculo. Ou seja, ainda que se afastando do filho para evitar o parricídio previsto pelo oráculo, Édipo acidentalmente reencontra o pai, e a partir de uma desavença comete o parricídio, confirmando a predição do oráculo, que supostamente não poderia ser refutada. O *efeito de Édipo* designa, portanto, a impossibilidade de haver uma previsão errônea, por parte da teoria psicanalítica, o que a torna irrefutável.

Nesse sentido, Popper alega que a Ciência freqüentemente comete erros, ao passo que a pseudociência encontra acidentalmente a verdade. Essas teorias – teoria da história de Marx, a Psicanálise de Freud, Psicologia de Adler, etc. – parecem poder explicar praticamente tudo em seus respectivos campos; pode-se ver exemplos confirmados em toda parte: o mundo se torna repleto de verificações

da teoria, de modo que essas teorias não são testadas com base na experiência, mas os resultados é que são interpretados à luz da teoria. Enquanto a teoria da relatividade poderia ser derrubada ou confirmada pela testabilidade, as teorias de Freud, Marx e Adler não são passíveis de serem submetidas ao critério de falseabilidade. Por fim, o epistemólogo defende que a Psicanálise jamais poderia ser ciência, pois só poderia ser refutada pelo próprio sujeito analisado e modificações nesse sujeito nem sempre podem ser observadas por terceiros. Portanto, se tornaria impossível atribuir à Psicanálise um caráter preditivo, transformador ou de verdade.

Adolf Grünbaum (1984), um prestigiado nome da filosofia da Ciência Contemporânea, realizou a mais minuciosa e consistente crítica epistemológica à teoria psicanalítica de que temos conhecimento (Marinho, 2001). Por várias vezes, manifestou sua discordância com o critério de demarcação popperiano entre ciência e pseudociência. Discorda de Popper ao defender que a Psicanálise é sim uma teoria testável e, mais ainda, que os testes – baseados na experiência clínica – a refutam. Segundo ele, a refutabilidade da Psicanálise é evidenciada por diversas citações de Freud, nas quais este propõe possibilidades de ocorrências clínicas que invalidariam a teoria psicanalítica. Este autor dá como exemplo um texto³⁴ sobre a possibilidade de refutabilidade em Psicanálise.

A teoria que está em questão refere-se à teoria psicanalítica da paranóia, cuja hipótese é que o amor homossexual *reprimido é causalmente necessário* para o sofrimento por delírios paranóides (Freud, 1915). Sendo que o caso clínico descrito é o de uma jovem que se sente perseguida por seu amante, ou seja, por uma pessoa do sexo oposto, enquanto que, segundo a teoria psicanalítica da doença, o *perseguidor* deveria ser do mesmo sexo. Entretanto, após esse impasse, o caso é esclarecido, uma vez que surge uma figura feminina, na segunda entrevista com a paciente, que se revela, segundo a interpretação freudiana, como a verdadeira *perseguidora*. Para Freud estaria salva a teoria psicanalítica da paranóia e, para Grünbaum (1984), estaria demonstrada a possibilidade de refutação da Psicanálise.

³⁴ Confere: Freud (1915). *Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença*. (S. E., V. XIV, p. 263-272).

Entretanto, apesar de discordâncias aparentemente tão profundas por parte de Grünbaum, deve-se frisar que seu principal interlocutor é Popper, sua noção de cientificidade baseia-se na de refutabilidade, e os padrões básicos de racionalidade e cientificidade não se distinguem. Esta influência se observa quando defende que, na medida em que a evidência para o corpo psicanalítico é atualmente derivada das produções dos pacientes em análise, esta garantia é acentuadamente fraca. Há falhas epistêmicas inerentes ao método psicanalítico, e a validação das hipóteses cardinais de Freud tem que vir, se possível, principalmente de estudos extra-clínicos, ou epidemiológicos, ou mesmo experimentais.

Ora, parece que aqui encontramos novamente a velha crítica, que parece se tornar recorrente entre os epistemólogos da Psicanálise, de que a validação da teoria psicanalítica só pode se dar no sentido de restringir o seu modelo epistemológico. Sobre esse ponto, Grünbaum (1984) questiona a validade do método da associação-livre como capaz de identificar idéias que foram afastadas da consciência através do mecanismo do recalque. Ele aponta para uma ausência denexo causal no processo de associação de idéias, o qual estaria contaminado pela sugestão do analista, que conduziria a uma certa linha de associação. Segundo ele, apesar da pobreza das credenciais clínicas, talvez possa ocorrer que a brilhante imaginação teórica de Freud tenha sido real e fortuitamente bem sucedida para a psicopatologia ou a compreensão de alguma sub-classe de atos falhos. Entretanto, enquanto a Psicanálise possa assim ser vista como cientificamente viva, ela não está atualmente nada bem, pelo menos no que diz respeito a seus fundamentos clínicos. Nem há um favorável veredicto de tais achados experimentais.

Ao nosso ver, apesar de Grünbaum (1984) se opor a certos critérios popperianos de avaliação, não significa uma superação dos mesmos, mas apenas uma divergência superficial, mantendo-se preso aos pressupostos, ou, melhor dizendo, aos preconceitos popperianos, daí reduzir a Psicanálise a um campo sem veredicto.

Gregório Klimovsky, epistemólogo argentino, matemático de formação, há cerca de trinta anos vem participando de um grupo de estudos com psicanalistas de vasta experiência e respeitabilidade, sobre epistemologia e psicanálise (Marinho, 2001). Em seu ensaio *Aspectos epistemológicos da interpretação*

psicanalítica (1987), expõe sua proposta epistemológica para a Psicanálise, defendendo que ela é mais extensamente uma teoria modelística: proporciona um modelo de aparato psíquico do qual se desprendem certas conseqüências sobre a conduta manifesta dos seres humanos e, em particular, dos pacientes. Interpretar será propor uma hipótese e ver como dela sai, dedutivamente, com auxílio de leis, o que queríamos explicar. Klimovsky, portanto, adota declaradamente critérios popperianos, empregando o que denomina método hipotético-dedutivo em sua versão complexa, considerando-o aplicável às ciências humanas, inclusive à Psicanálise.

Apesar de Grünbaum (1984), e Klimovsky (1987) reconhecerem que a Psicanálise é constituída por um conjunto de teorias e procedimentos de confirmação e refutação, além de considerarem uma contribuição muito importante às reflexões dos tempos atuais acerca das características da mente humana e do comportamento (Biebel, 1999), o que pensamos, em última análise, é que toda essa discussão apresentada por Popper e epistemólogos popperianos demonstra a insuficiência do modelo popperiano para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida, o que pode ser ilustrado a partir da seguinte afirmação de Popper (1972): “Pessoalmente, não duvido da importância de muito do que afirmam (referindo-se a Freud e Adler) e acredito que algum dia essas afirmações terão papel importante numa ciência psicológica ‘testável’” (p.67). Aqui nos deparamos novamente com a hierarquização de modelos, a partir da convicção de que determinado campo do saber seja capaz de ditar o modelo padrão, sem respeitar barreiras epistemológicas que não podem ser transpostas.

2.4

Que tipo de ciência é a Psicanálise?

Inicialmente discutiremos a questão da cientificidade da Psicanálise tomando argumentos e posições de alguns psicanalistas, de modo a complementar as discussões anteriores, nas quais apresentamos a concepção de Freud e de seus epistemólogos. Serão apresentadas aqui as contribuições de Renato Mezan, Roberto Calazans e Maria de Fátima Chavarelli – que, por sua vez, recorre à

epistemologia de Tomáz Kuhn. Esses autores defendem a Psicanálise como um empreendimento científico.

Renato Mezan³⁵, em seu artigo *Que tipo de Ciência é, afinal, a Psicanálise?*, oferece importantes elucidções à nossa investigação. De acordo com Mezan (2007), a Psicanálise teoriza em dois níveis. O primeiro se refere ao domínio da universalidade e da generalidade, tal como Freud a concebe. Neste nível, o que a teoria apresenta é uma visão do ser humano como movido por forças que desconhece, tendo, ao mesmo tempo, que lhes oferecer uma gratificação e restringir tal gratificação aos limites do permitido pela vida em sociedade. A repressão dos desejos mais intensos e primordiais provocará efeitos deletérios que vão desde o “nervosismo comum” até as mais graves psicoses. A enorme complexidade da construção freudiana não deve nos fazer perder de vista que ela põe em jogo um número muito limitado de fatores (basicamente pulsões, angústias e defesas) e um número relativamente pequeno de operações que incidem sobre eles (os processos primários e secundários): é o caráter *propulsor* desses fatores que determina as combinações variadíssimas do que chamamos “vida psíquica”.

Já o outro plano de teorização, mais próximo da prática terapêutica, visa construir uma teoria sobre *aquela* indivíduo, o paciente que busca tratamento. Essa teoria se baseia no que ele relata sobre a sua vida e no que dela manifesta nas condições de transferência: são estes os dados sobre os quais vai operar a imaginação do analista. Cabe a ele não apenas interpretar um a um os elementos que vão surgindo, mas ainda reconstruir a cadeia provável de eventos que resultou *naqueles* sistemas, *naquelas* fantasias e demais particularidades *daquela* pessoa. Aqui também o objetivo é construir uma hipótese “idiográfica”, de modo a dar conta, por exemplo, de por que o Homem dos Ratos é obcecado por ratos e não por moscas, da razão por que o pequeno Hans teme os cavalos e não as aranhas, do motivo pelo qual Schreber delira como delira e não de outra forma ou com outros conteúdos. A originalidade de Freud consistiria, então, em realizar essa tarefa com os recursos da explicação, e não com os da compreensão, no sentido como definimos anteriormente³⁶, em que a explicação seria calcada na

³⁵ Renato Mezan é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor titular da PUC-SP.

³⁶ Confere supra, p. 64.

metodologia da *Naturwissenschaft*, ou seja, não há juízo de valor aplicado àquilo que é observado, enquanto a compreensão refere-se ao método da *Geisteswissenschaft*, em que cabe a aplicação de opiniões e se estabelecem julgamentos. É combinando as teorias gerais da Psicanálise (inconsciente, conflito psíquico, papel do Édipo, ação das defesas) com as circunstâncias únicas *daquela* vida (experiências infantis, traumas, fixações evolutivas, intensidade das forças em presença), que se chega a uma reconstrução plausível (Mezan, 2007).

É importante perceber que apesar das diferenças dos níveis de explicação – a mente humana em geral, no primeiro tipo, e determinada realização de suas potencialidades numa dada pessoa, no segundo –, os procedimentos empregados são os mesmos: essencialmente, a busca das causas e do modo como se combinam para produzir seus efeitos. Nesse sentido, Mezan (2007) afirma que é com os instrumentos da razão que a Psicanálise irá investigar as “fontes” (= causas) dos desejos humanos, entre as quais se conta a capacidade de criar ilusões – algumas benéficas como a Arte; outras inócuas como a Filosofia; outras ainda como a Religião, que podem se tornar perniciosas, especialmente quando pretendem disputar com a Ciência o terreno do conhecimento ao pretender que a revelação seja uma “fonte” do conhecimento, igual ou até superior em dignidade à trabalhosa, porém segura, forma científica de pensar.

Por fim, Mezan (2007) postula que é da seguinte forma que o método psicanalítico se constitui: partindo da observação em que, no caso da Psicanálise, o que há para ser observado é o discurso do paciente em sessão, o analista coleta dados e reflete sobre eles. É desse vaivém entre observação e teorização que surgem as hipóteses sobre o que determina tais fatos – tipicamente, conflitos inconscientes opondo pulsões/desejos/fantasias a defesas. Essas hipóteses, por sua vez, orientam as intervenções do analista e visam modificar o equilíbrio entre tais fatores, no sentido de uma maior mobilidade psíquica, como por exemplo “levantar repressões” ou “restituir a capacidade de amar e trabalhar”.

Roberto Calazans³⁷ (2006), por sua vez, defende que a irreducibilidade da Psicanálise a uma objetivação não a torna incompatível com o mundo científico. Ao contrário, esta disjunção se dá exatamente pela compatibilidade lógica entre o

³⁷Roberto Calazans é doutor em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei (MG).

pensamento psicanalítico e o pensamento científico, de modo que, antes do aparecimento da Ciência, de seu modo de fabricação de problemas, não seria possível pensar em Psicanálise. Tanto o pensamento científico quanto o pensamento psicanalítico recusam o realismo em todos os seus matizes para pensar o que estrutura uma experiência. Esse autor amplia o conceito de realidade, argumentando que o dado, que sempre se apresenta a um sujeito e por isso pode ser considerado subjetivo, não é suficiente para se conceber o real. Chama-se de realidade o objeto que é independente da sensação. Por exemplo, o planeta Terra, na experiência subjetiva, é aparentemente imóvel, mas, na realidade, gira em torno de si. Portanto, é preciso questionar de que forma se chega a um saber que ultrapassa a experiência. Esse saber torna-se possível por meio da mediação que o pensamento estabelece, proporcionando uma relação entre os dados. É em função dessa relação calculada que o pensamento determina cada dado ou variável em função dos outros dados. Só o pensamento é capaz de estabelecer relações entre os dados para constituir os fatos. Logo, um fato é obra do pensamento. Por essa razão pode-se afirmar que não é possível encontrar o dado puro, pois não há como abrir mão do pensamento para atingi-lo. Um dado só é um dado em um sistema específico de pensamento que o considera como tal. O pensamento, por sua vez, não pode ser uma realidade objetiva, pois esta é justamente o resultado da operação do pensamento. Logo, o pensamento é a condição de produção de um real, e dessa forma deve-se abandonar a concepção de um registro de uma realidade que exista por si só.

Calazans (2006), então, parte de uma crítica à função realista considerada plausível pelos pressupostos da Ciência clássica e propõe uma idéia de Ciência fundada no caráter provisório do pensamento científico. Portanto, considerar que determinada teoria é insubstituível implica em atribuir um juízo de valor à mesma. O autor argumenta que toda vez que considera um pensamento que produz um real a partir da integração em uma rede conceitual daquilo que a própria rede considera como dados — as variáveis —, e quando caracteriza esse pensamento como sendo um pensamento desprovido de qualidades, só pode referi-lo a uma espécie de problemas: os problemas objetivos nos quais não encontra qualquer consideração sobre um valor. Afinal de contas, o que seria um valor senão dotar de importância uma idéia? Uma idéia valorizada é uma idéia que alguém supõe

mais importante do que as outras. Ora, a partir do momento em que podemos pensar que uma teoria pode ser ultrapassada em função de uma nova articulação conceitual, nada nos impede de pensar que os impasses da nova teoria levarão à ultrapassagem da teoria nova. Não se pode desconsiderar, portanto, que um pensamento científico é sempre provisório.

Dessa feita, quando Einstein reclama que não pode haver uma teoria quântica, ele se distancia do pensamento científico por querer que a sua teoria seja a única válida. E aqui o físico está representando a máxima de Bachelard (1996), em que os grandes homens são úteis à Ciência na primeira metade de sua vida e nocivos na outra metade. De modo que quando há um valor envolvido há a questão de que algo é, ao menos em um primeiro momento, insubstituível. O autor salienta, portanto, que não há uma *realidade* que possa ser considerada em si, nem como um *dado*, nem como uma organização misteriosa cuja lei de funcionamento nos escapa; desse modo, a *realidade* perde as qualidades e passa a ser situada como variáveis. O pensamento perde suas amarras e pode se colocar sob a marca de um infinito, ou seja, torna-se possível, de maneira infinita, produzir novos fenômenos — e novos problemas —, que não estavam previstos antes.

É importante lembrar que um dos pressupostos da Ciência tradicional é que determinada proposição só pode receber o caráter de verdade, ou de científico, se a repetição do experimento obtiver o mesmo resultado. Calazans (2006) contraria esse aspecto ao falar da Psicanálise, elevando a linguagem, no estudo do psiquismo, como a matriz principal. O autor defende que, ao tratar de alguém que pensa, não podemos mais situá-lo — o sujeito — sob uma experiência repetível. Devemos tratá-lo como uma função que avalia, e aqui chegamos ao registro da linguagem, já que um sujeito só pode julgar a partir do momento em que é afetado pela linguagem, o que significa perder uma orientação natural. Desse modo, torna-se patente a seguinte questão: um sujeito aparece quando a orientação falha. E é por isso que a linguagem irá servir de referência para a Psicanálise. Apenas com o abandono do realismo em epistemologia pode-se legitimar a práxis psicanalítica.

Maria de Fátima Chavarelli (2003) procura contextualizar a Psicanálise no corpo das escolas epistemológicas, utilizando para suas reflexões o pensamento de Thomas Kuhn. Kuhn (1998) estabelece a seguinte ordenação em relação à epistemologia do processo científico: inicialmente tem-se uma *pré-ciência*,

marcada por uma atividade desorganizada e incoerente, um desacordo e debate constante a respeito dos fundamentos de uma prática, que se dão antes da estruturação de uma *Ciência*; em seguida surge a *Ciência normal*, a fase mais coerente da atividade científica, que ocorre quando a comunidade científica se encontra em torno de um único *paradigma*, que terá como função orientar a *Ciência* por um certo período de tempo; esta *Ciência normal* atravessa uma *crise*, que consistira no surgimento de *anomalias*, que são resultados experimentais não assimilados pela teoria, de modo que se tenta arduamente solucionar problemas à luz do paradigma vigente; então se desencadeia uma *revolução*, gerando outro *paradigma*. Assim a seqüência recomeça com uma mudança de paradigma.

É importante esclarecer que na fase da *Ciência normal*, a *Ciência* progride de maneira cumulativa, de modo que o paradigma, nesse momento, rege todas as práticas – tanto teóricas quanto experimentais – das atividades de pesquisa, incluindo maneiras-padrão de aplicação das leis fundamentais a uma variedade de tipos de ação. Ou seja, ele é, a um só tempo, modelo prático e teórico, que se impõe ao cientista pela força da evidência. Define, inclusive, quais fatos possuem maior relevância ou prioridade dentre *todos* os fatos que têm possibilidade de se ligarem a uma ciência, sendo que a própria coleção de fatos deve ser orientada, implicitamente, por um corpo de crenças (Stengers, 2002).

O paradigma é então um conjunto de valores comuns a uma comunidade científica, conjunto este que é passado aos estudantes e futuros cientistas através dos manuais e livros, que decide quais pesquisas terão recursos, quais problemas importam e quais soluções são admissíveis, quem é promovido, quem publica artigos, e até mesmo quem sumirá do mapa. A *Ciência normal*, por sua vez, seria a atualização da promessa de sucesso feita por todo paradigma (Hacking, 2005).

Note-se que é possível aplicar a teoria dos paradigmas proposta por Kuhn ao quadro do surgimento³⁸ da Psicanálise. Em um momento de crise paradigmática, no qual as doenças mentais, e principalmente as histerias, evidenciavam que havia diversas *anomalias* no paradigma vigente, a Psicanálise propôs um novo recorte sobre os fenômenos. Estabeleceu outro paradigma que possibilitou soluções que antes não eram possíveis. Tal qual o critério kuhniano, ela fez com que toda uma comunidade científica se formasse em torno desse novo

³⁸ Confere supra, p. 45.

paradigma e desse origem a diversas pesquisas com base em uma idéia comum a todos; a Psicanálise, portanto, corresponderia à fase da Ciência normal. Um argumento que reforça a concepção da Psicanálise enquanto Ciência normal é encontrado na contribuição de Biebel (1999), embora este autor não faça uma alusão explícita à Kuhn. Biebel (1999) afirma que os achados clínicos psicanalíticos, por se encontrarem em um certo grau de consistência e coesão, possibilitaram um progresso da compreensão e tratamento de estruturas psicopatológicas como a histeria, as neuroses obsessivas, as fobias, os transtornos narcísicos da personalidade e as estruturas *borderline*, entre outras. É evidente que todo este progresso estruturou-se a partir de um aprimoramento de métodos de investigação do psiquismo clínicos e extra-clínicos, de conceitos, de hipóteses, e da articulação lógica das mesmas, favorecendo regras de correspondência que pudessem gerar generalizações. Esse caminho percorrido pela Psicanálise ao longo do século XX até os dias atuais não pode ser desvinculado ou dissociado do método científico (Biebel, 1999).

Embora Kuhn (1998) considere a Psicanálise uma pré-ciência, Chavarelli (2003) encontra na teoria dos paradigmas subsídios para a compreensão do significado da Psicanálise enquanto ciência na modernidade, e a inscreve como ciência pós-paradigmática, ou seja, um pensamento que causa rupturas e transcendências permanentes. A autora argumenta que Freud, ainda que altamente treinado no pensamento mecanicista, já não podia dar mais consistência às suas observações clínicas, e, portanto, deveria abdicar de seu paradigma anterior. Ela salienta que o mesmo ocorre na análise pessoal, quando uma pessoa abdica das próprias teorias sobre si mesma, quando a construção de um mundo interno desmorona dando lugar para algo novo. Esse salto requer um luto e nem todos estão dispostos a enfrentá-lo, daí as resistências ao novo paradigma científico e às resistências pessoais. Esta autora acrescenta ainda que, diferentemente de outras áreas da Ciência, a Psicanálise parece se constituir num instrumento de quebra de paradigmas. Ela não só quebrou-os no passado, como continua quebrando, quer na concepção de Ciência, quer nos paradigmas pessoais.

Deve-se notar que aqui a autora estabelece uma analogia e, portanto, uma aproximação entre o que a Psicanálise provoca no âmbito social e na esfera individual. Nesse sentido, a Psicanálise causou um impacto na sociedade ao abalar

a prévia assunção de que o homem, a partir da consciência e da razão, seria capaz de governar plenamente a sua vida e a sociedade. Isso se deu a partir do momento em que a Psicanálise introduziu a noção de processos psíquicos inconscientes, e, portanto, instituiu a irracionalidade humana como um fenômeno atuante na vida do ser humano. Do mesmo modo, essa irracionalidade instituída pela Psicanálise provoca um abalo na vida privada do indivíduo, referindo-se a autora às resistências pessoais. Pensamos que essas resistências pessoais podem ser identificadas não apenas naqueles que se submetem ao processo de análise, como se refere a psicanalista, mas também naqueles que se mostram contrários à legitimação da Psicanálise enquanto um campo de saber.

Isso pode ser observado através da forma enérgica e irônica como esses posicionamentos antagônicos à Psicanálise são expressos. É o caso, por exemplo, do argumento exposto recentemente pelo jornalista científico Horgan (2002), que afirma que a Psicanálise tem explicação para tudo e, ao contrário de hipóteses científicas, essas explicações não são necessariamente testáveis, muito menos falsificáveis. Com uma atitude irônica, Horgan (2002) compara a “onisciência do psicanalista”, em todo o seu esplendor explicativo, à brincadeira de criança “cara-eu-ganho-coroa-você-perde”: se os pacientes não reconhecem que seu transtorno vem de uma relação problemática com a mãe, então é porque essa relação foi *tão* problemática que ele não consegue admitir. Através do argumento desse jornalista científico, podemos perceber o que Chavarelli (2003) ressaltou, referindo-se à mudança de paradigma individual que a Psicanálise instaurou, podendo levar a resistências pessoais. Através de reações como esta de Horgan (2002), vemos a Psicanálise sendo ridicularizada e equiparada a um “achismo especulativo”, não sendo reconhecida como uma teoria fundada em uma minuciosa investigação clínica com todo o seu rigor metodológico, que, com seu argumento apresentado acima, Horgan (2002) despreza.

É interessante o ponto levantado por Chavarelli (2003) ao questionar se a Psicanálise contraria os pilares da Ciência normal – utilizando a conceituação de Kuhn – ou se esta última não tem subsídios para atender às exigências da primeira. A autora reforça a segunda hipótese apontando que a Psicanálise não lida com o discurso manifesto, mas com deslocamentos e condensações inconscientes que se manifestam no discurso. É uma disciplina que rompe com o

pensamento da Ciência normal. Dessa forma ela se localiza num lugar de transicionalidade. Não se caracteriza como uma concepção que se constrói de forma pronta e acabada, mas como algo que está sempre se construindo.

O rompimento com a Ciência normal pode ser notado quando, por exemplo, um paciente comunica algo e é questionado sobre os outros sentidos de sua comunicação, observando-se um rompimento de um sentido pré-estabelecido. O método então rompe com um campo que é dado como único; há uma quebra da realidade como fato consumado. Deve-se ressaltar que quando Chavarelli (2003) afirma que a Psicanálise rompe com a Ciência normal é no sentido de que a segunda não dá conta da inovação da primeira, e não no sentido de desqualificar a cientificidade da Psicanálise. Pois, embora a Psicanálise rompa com a Ciência tradicional de sua época, observa-se uma correspondência com as exigências da Ciência normal. Essa autora, portanto, investiga de que forma a Ciência natural caracteriza uma literatura como científica. Nesse sentido, inicialmente nomeia-se um fato significativo. Em seguida observa-se esse fato e cria-se uma teoria que seja harmoniosa com o mesmo. A partir daí, articula-se essa teoria com o fato, agora observado à luz da teoria. Essas três categorias da Ciência normal possibilitariam a objetividade, comprobabilidade e verificabilidade.

A autora então compara esses pressupostos das ciências naturais com a prática psicanalítica e apresenta a seguinte argumentação: o fato significativo seria o inconsciente na produção do sintoma ou do sofrimento psíquico; o sintoma e seu significado inconsciente são um fato significativamente nomeado e circunscrito como objeto de estudo. Posteriormente, ela descobre as leis do aparelho psíquico e a “linguagem do inconsciente”, e formula sua teoria. Esta, ao voltar-se novamente para o fenômeno, ou para o fato clínico, harmoniza-se perfeitamente, num diálogo que permite fluidez, gerando novos sentidos que se expandem, rearticulando-se *ad infinitum*. Sendo assim, ainda que revolucionária, ela atende às exigências de tal Ciência (Chavarelli, 2003). Note-se que Thomas Kuhn – epistemólogo utilizado por esta psicanalista no intuito de legitimar a cientificidade da Psicanálise – evidencia o peso do aspecto social na produção científica, levando em consideração a importância que têm os consensos políticos e sociais entre os cientistas na realização da Ciência. E é nessa direção que segue Bruno Latour, cujas contribuições serão apresentadas a seguir.

2.5

A Psicanálise e a Ciência como rede

Nosso intuito, em última análise, não reside em enquadrar a Psicanálise em alguma categoria de Ciência, ou comprovar o seu estatuto de Ciência. Entretanto, entendemos que afirmar que a Psicanálise não é Ciência tem um peso, principalmente na sociedade em que vivemos. Portanto, além da discussão epistemológica, é preciso investigar toda essa problemática que envolve Psicanálise e Ciência a partir de uma perspectiva antropológica. Ciência é uma palavra em alta nas sociedades ocidentais. Uma lavagem de tapete, um corte de cabelo, um mapa astral, ganham outro estatuto quando se afirma que são “científicos”. Dessa forma, determinar o modo como a Ciência é produzida, transmitida e exportada é tarefa essencial para a compreensão da sociedade contemporânea. Das diferentes formas de se aproximar da Ciência, a mais tradicional tem sido o estudo da estrutura do suposto “método científico”. Os resultados, tanto no domínio da Filosofia como no da História ou da Sociologia da Ciência, parecem pouco convincentes. A Ciência, central para o progresso, evolui, mas fica difícil atribuir seu sucesso a um método, a um conjunto de regras que todos os participantes do “jogo científico” concordam em seguir.

Latour (2000) mostra que a essência da comunidade científica é criar enunciados, subtrair-lhes modalidades e transladar interesses. Esse autor exemplifica esse processo da seguinte forma: um determinado pesquisador X “acha” que a substância Y é responsável por um efeito cuja medida é Z. Então, tem-se um enunciado a partir do qual podem-se subtrair modalidades e transladar interesses. Para tentar esclarecer em termos práticos, poderíamos pensar, por exemplo, na teoria Geocêntrica. Seguindo o raciocínio anterior, inicialmente concebe-se um enunciado de que a terra é o centro do universo. Tenta-se demonstrar em cálculos matemáticos a fim de fundamentar esse enunciado. A partir daí, é possível subtrair modalidades, tal como conceber que não apenas o sol, mas todos os planetas giram em torno da terra. A etapa de transladar interesses pode ser entendida nesse exemplo da seguinte forma: constroem-se mapas astronômicos, que passam a ser aceitos pela comunidade científica; surge, então, a necessidade de recursos para a implementação de instrumentos e técnicas

a fim de garantir o progresso; há, portanto, interesses envolvidos como investimentos para a aquisição de um novo instrumento para um observatório, por exemplo; tenta-se aumentar, portanto, as alianças entre os membros da comunidade científica, e nesse sentido é preciso que todos se transformem no processo. Em suma, a verdade de um enunciado, ou de um livro, se estabelece na sua circulação, esta realizada em rede e totalmente dependente dos autores envolvidos (Latour, 2000).

Latour (2000), em seu empreendimento de antropólogo da Ciência, propõe que se abram as caixas-pretas, ou seja, que se faça um *flashback* das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente. Se tomarmos duas imagens, uma das caixas-pretas e outra das controvérsias em aberto, veremos que são absolutamente diferentes. A impossível tarefa de abrir a caixa-preta se torna exequível (se não fácil) quando nos movimentamos no tempo e no espaço até encontrarmos o nó da questão, o tópico no qual cientistas trabalham arduamente. Portanto, para que a Antropologia da Ciência obtenha êxito, a entrada no mundo da Ciência deve ser pela porta de trás, a da Ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da Ciência acabada. Para estabelecer uma comparação entre Ciência acabada e em construção, Latour (2000) exemplifica com a diferença entre a estrutura de uma molécula que é ensinada na escola e a mesma molécula sendo investigada por determinado grupo de cientistas, e podendo ainda ser devassada por outro grupo, o que envolve claramente a questão de jogos de poder inerentes à construção científica, sendo que o contexto acaba necessariamente interferindo no conteúdo daquilo que é investigado. É que o processo científico depende de todo um contexto social que envolve laboratórios, agências de financiamento, administradoras, indústrias, editores, fornecedores, ou seja, uma gama de questões políticas e de mercado que manipulam e ditam as tendências das pesquisas científicas (Löwy, 1994).

Deste ponto de vista, é preciso fundamentalmente analisar e revelar as alianças que se estabelecem entre os diversos poderes envolvidos na produção de conhecimento, e o modo pelo qual essas alianças são capazes de construir redes sócio-técnicas (Stengers, 1989). Ao invés da concepção tradicional de Ciência que toma como pressuposto a distinção entre sujeito e objeto, e reduz o conhecimento a apenas um pólo, é preciso concebê-la a partir das alianças estabelecidas em rede

na qual determinado discurso é legitimado em detrimento de outro que não foi incluído na rede. Ou seja, a questão deixa de ser “como um sujeito investiga um objeto”. Com a idéia de rede, o conhecimento não é feito de unidades, mas de dimensões, sem começo nem fim: apenas meio. Não há ponto de origem ou primordial, ele avança através de bifurcações, de encontros imprevisíveis que só poderão se mostrar úteis ou não, produtivos ou não, a *posteriori*. O conjunto é sempre reavaliado a partir de um ângulo inédito.

Aprofundando essa noção de rede introduzida por Latour (2000), deve-se notar, por exemplo, que as leis universais, por mais imutáveis que possam parecer, só são universais em rede, ou seja, qualquer universal só se torna universal em função da rede na qual e em relação a qual ele se constitui como tal. Nesse sentido, o surgimento de objetos científicos não pode estar desvinculado da rede que lhe dá sentido. Latour (2000) aponta dois momentos distintos da Ciência: o primeiro relaciona-se com a produção, o segundo com a estabilização (purificação) das conexões ou alianças entre humanos e não-humanos, que permite a emergência e o posterior estabelecimento dos fatos científicos, e, ainda, da própria natureza. Como tais conexões ou alianças devem ser fortalecidas para a instauração de um fato e da própria realidade, uma boa aliança é aquela que tem a capacidade de alinhar atores. Isso é possível quando as alianças científicas que sustentam uma afirmação encontram-se, por sua vez, baseadas em toda uma rede que as legitima. Sendo que se determinado fato científico não interessar nem possibilitar traduções – traduções entendidas aqui como alianças entre interesses, que, mesmo diferentes, se unem para se tornarem mais fortes –, não será capaz de produzir qualquer efeito sobre a vida dos indivíduos, portanto, ele não será incluído na rede.

Trazendo a discussão para a práxis psicanalítica, se a Ciência, para Latour, se faz a partir de uma aliança entre os humanos e não-humanos, talvez seja possível pensar o próprio *setting* analítico como uma variante dessa aliança. Pois é pela aliança entre um ambiente, um consultório, um divã – atores não-humanos – e o paciente (aquele que fala) e seu analista – atores humanos –, que se pode ter um contato fidedigno com uma verdade, a verdade do sujeito, o Inconsciente, emergido dentro de uma situação específica. A fala do paciente constitui-se como

algo análogo às inscrições dos instrumentos dos outros cientistas, e cabe ao analista a tradução dessas inscrições para que sua Ciência seja feita.

Para Latour (2000), a natureza deixa de ser algo que sempre esteve no mundo para se tornar algo que é construído, juntamente com toda a sociedade. Resgata-se assim a historicidade dos objetos, pois se consegue traçar todos os deslocamentos, alianças e traduções que foram necessárias para que um fato se tornasse realidade e recebesse o estatuto de verdade. Deve-se considerar, portanto, em relação a qualquer objeto científico: a sua emergência, seu ponto de irrupção e a sua existência instável. Nesse sentido, a Ciência não seria uma forma privilegiada de atingir a verdade ou a realidade, tampouco pode ser reduzida às questões sociais puramente humanas, já que aspectos tecnológicos participam desse inter-jogo. Por exemplo, a noção de espacialidade, mais especificamente a distância entre as pessoas, foi modificada com a advento da internet, na medida em que a presentificação de um indivíduo não depende mais do seu corpo físico.

A partir dessa noção, concebe-se que os fatos científicos só existiriam enquanto os procedimentos são repetidos, ou – para falar de forma mais direta – enquanto os textos fazem referência a eles, enfim, enquanto ocorrem traduções em diferentes níveis. Lembrando que por tradução entende-se o estabelecimento de uniões mesmo que às custas de interesses divergentes, mas visando o fortalecimento dos fatos científicos. Ou seja, as conexões são trabalhadas e as alianças são fortificadas a fim de que se possa fechar uma caixa-preta – um fato científico tão solidamente estabilizado que se torne quase impossível questioná-lo. Isso só ocorre quando uma aliança já se encontra plenamente firmada, de forma que há uma verdade científica.

No entanto, no momento da formação dos objetos científicos e das alianças, nem os sujeitos nem os objetos podem prever as conseqüências que surgirão de tal aliança, pois há nela uma indeterminação implícita. Note-se que, para melhor compreendermos como se chega aos fatos científicos, deve-se buscar as controvérsias que ocorrem dentro das comunidades científicas, pois elas são reveladoras do momento no qual as caixas-pretas ainda não foram fechadas, e assim aspectos do processo de produção científica se revelam. Somente na medida em que os procedimentos vão sendo feitos e superados é que o objeto científico emerge: é impossível determinar *a priori* o que seja um objeto científico. Há uma

multiplicidade de tempos e espaços que devem se condensar em um ponto, em um objeto. Após as alianças, tanto os humanos quanto os não-humanos terão sua história modificada, serão transformados, traduzidos, deslocados, permitindo a emergência do fato científico no âmbito coletivo.

Portanto, não se pode diferenciar o conhecimento científico das técnicas e tecnologias que possibilitam, encarnam e sustentam os conhecimentos, ou seja, os sujeitos e objetos que ele cria e a partir daí investiga. Podemos pensar aqui, para ilustrar esse aspecto, sobre os diagnósticos construídos nas DSMs (Manual de Transtornos Mentais), que diferem drasticamente de classificações anteriores e interfere na administração de medicamentos. Surgem novos sujeitos e, portanto, novas drogas para tratá-los; e em função de alianças estabelecidas em rede, determinado diagnóstico ou medicamento se sustenta em detrimento de outros.

O papel do cientista seria, então, o de ser capaz de produzir testemunhas fidedignas que atestem a existência de algum objeto (que ele inventou). Ele é o representante das coisas, seu “porta-voz”, pois elas não falam por si. Os cientistas aliam-se com os instrumentos de forma que são produzidas inscrições, ou seja, dados relevantes para que se possa provar a existência de um objeto. Os instrumentos possibilitam a demonstração da existência de algo. Essas inscrições, por sua vez, serão interpretadas por cientistas fiéis e disciplinados. Os instrumentos produzem testemunhas das coisas e falam com o auxílio dos porta-vozes científicos. Por outro lado, os cientistas devem trabalhar também para que as alianças realizadas se tornem duradouras, e sejam traduzidas e incluídas na rede, ou seja, tornem-se um fato. Considerando a presente discussão a respeito dos debates sobre Psicanálise e Neurociência, podemos pensar que o instrumento, por exemplo, seria o aparelho de PET-*scan*, cujas imagens coloridas em computador representariam as inscrições. Essas imagens, por sua vez, são consideradas como dados que “comprovam” a existência de um substrato neural da atividade mental. Os cientistas fiéis e disciplinados a que se refere Latour seriam aqui representados pelos neurocientistas, que, por sua vez, usam o instrumento – aparelho de PET-*scan* – como testemunhas e assim são porta-vozes dessas imagens de modo a incluí-las na rede. E para falar nos termos de Hacking (2005), esses neurocientistas, através da divulgação das neuro-imagens em artigos científicos, estariam atualizando a promessa de sucesso feita pelo paradigma vigente, que nesse caso,

trata-se do paradigma do imageamento cerebral como capaz de elucidar o funcionamento mental.

Um texto científico promove o fortalecimento e tradução das alianças nas quais ele próprio se sustenta, o primeiro porta-voz dos fatos científicos. Em uma etapa inicial, a proposição científica se vincula à coerência total do texto. Ou seja, as afirmações são sustentadas por proposições já consideradas verdadeiras, isto é, apóiam-se em alianças já estabelecidas, já firmes. Uma proposição torna-se fato ou ficção por causa de outras sentenças às quais ela se alia, sendo que os próprios cientistas que se encontram em uma situação de controvérsia são responsáveis pela transformação de verdades potenciais em ficção. Esse aspecto elucidado pelo motivo pelo qual, ao nosso ver, o neurocientista Eric Kandel (1999) recorre a inúmeras citações de artigos neurocientíficos ao defender que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica, já que ela é melhor em formular hipóteses do que testá-las. Assim, esse autor pode se apoiar em alianças já estabelecidas, tentando fazer com que suas idéias tornem-se fatos. Pois, como vimos acima, uma proposição torna-se fato ou ficção em função de outras sentenças às quais se alia.

Contrariando a idéia de Kandel (1999) de que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica, Stengers (1989) defende, na mesma ótica de Latour (2000), que na Ciência não se trata apenas de teoria, tampouco a Ciência é garantida através do método experimental: ela se caracteriza pela capacidade de criar operadores, que definem, ao mesmo tempo, um objeto e uma prática de medida. Ou seja, um operador abrange o objeto, que legitima uma prática de medida e uma prática de medida que define seu objeto.

Segundo Latour (2000), a Ciência tem como característica mais importante o fato de ser uma prática coletiva. Portanto, não se pode afirmar ou negar fatos científicos de forma isolada. Os textos revelam-se, dessa forma, como um dos melhores e mais eficientes recursos. Assim, quanto mais os textos são citados por outros artigos, mais importantes eles se tornam. A caixa-preta, dessa forma, seria o fechamento de uma discussão e o estabelecimento de um fato através da citação contínua de um determinado texto. É o caso, por exemplo, da *Evolução das Espécies*, de Darwin. A seleção natural tornou-se um fato após inúmeras citações, deslocamentos, traduções e repetições, ainda que, do ponto de vista de alguns

epistemólogos, não possa ser considerado um fato científico, por não poder ser empiricamente comprovada. De modo semelhante à teoria da seleção natural de Darwin, a Psicanálise de Freud, apesar das críticas iniciais de não ser ciência – no máximo uma obra literária –, não se viu impedida de se expandir no campo científico, observando-se assim a proliferação da teoria, pré-requisito para que entre na rede. Nesse percurso da Psicanálise, o pensamento de Freud se desdobrou em diferentes escolas, tais como a kleiniana, bioniana, lacaniana, kohutiana, winnicottiana, etc. Portanto, desde seu surgimento, espalhou-se não só geograficamente, estando atualmente presente em todos os continentes, mas também se expandiu para campos do saber além do seu limite, estabelecendo alianças com diferentes conhecimentos e dando origem a novas práticas e discussões com outras áreas, como é caso dos debates com a Neurociência, dos quais tratamos na presente dissertação.

No entanto, a Psicanálise não tem tanta capacidade de fechar “caixas-pretas”, como as ditas ciências duras, tal qual a Química ou a Física *clássica* – e é aqui pertinente frisar que somente com a Física realizada antes de Plank, Heisenberg e Einstein, dentre outros, isso era possível, já que esses cientistas deram início à falência da Física enquanto modelo de ciência, inaugurando a Física Quântica. A Psicanálise seria considerada uma ciência *mole*, talvez por não gerar tantas inscrições passíveis de provar a existência de determinado objeto.

Latour (2000) aponta que o mais importante para que se feche uma caixa-preta, ou seja, que uma idéia permaneça, é o fato de que ela seja comentada, discutida. Ser reconhecida como previamente correta, verdadeira, é absolutamente secundário. Um conhecimento deve circular, buscar aliados para se fortalecer, e inevitavelmente, responder a críticas e objeções, também para se fortalecer. Mas o fato é que a Psicanálise está aí, desde seu princípio: ela não foi ignorada, pelo contrário. Ela faz alianças, se fortalece, encontra aliados tanto naqueles que a apóiam quanto naqueles que buscam, inutilmente, refutá-la. Pois tentar provar que uma teoria é errada, nesse ponto de vista – da antropologia da Ciência – é também fortalecê-la. Por outro lado, se o texto é esquecido, não há possibilidade de se estabelecerem novas conexões. Para Latour (2000), esse seria o pior destino para um artigo científico: não ser comentado.

A coerência interna dos textos, as conexões que são feitas, são essenciais para que estes apresentem as pesquisas como resultados de procedimentos técnicos confiáveis e inquestionáveis, conseqüências inevitáveis de fatos já estabelecidos. Dessa forma, é possível fixar uma aliança e ao mesmo tempo protegê-la, pois se retira a força das prováveis oposições ao texto. As afirmações recebem um estatuto de verdade de acordo com a forma com que são utilizadas. A partir do momento em que uma sentença ganha legitimidade e é usada fora dos limites do texto, ela se torna mais independente da cadeia de onde emergiu.

Já que os aliados têm o poder de garantir o caráter de verdadeiro às proposições, o lugar onde o texto é publicado é de enorme importância. Quanto mais forte for esse aliado, maior será o alcance da proposição e mais credibilidade ela terá, ou seja, maior será seu potencial de realizar novas alianças e se introduzir no coletivo. Aqui podemos pensar na publicação, em 1999, da revista *Neuro-psychoanalysis*, que nessa ótica serve para lançar na rede os pressupostos dos psicanalistas e neurocientistas que compartilham da proposta de se construir um campo híbrido, em que aqueles que publicam em tal revista tendem a citar-se entre si, ou àqueles pesquisadores cujas idéias lhes proporcionam uma fundamentação teórica. As citações utilizadas são meios de se estabelecerem vínculos e de dar visibilidade ao texto, de acordo com a importância dos autores citados tanto pelas afirmações que eles embasam, como pelo seu papel no contexto geral da Ciência. Assim os textos anteriores são traduzidos e modificados, de modo que o texto atual torna-se um ponto de referência para o texto anterior. As citações muito óbvias, porém, devem ser evitadas, afinal enfraquecem o artigo, pois não são aliados muito fortes. Como forma de aumentar as relações do texto, os inimigos do texto devem ser apresentados ao mesmo tempo em que se mostram referências que possam dar suporte ao artigo. Dessa forma, consegue-se atacar os autores e mostrar porque devem ser considerados falsos. Assim, ao mesmo tempo em que o artigo se fortalece, ele enfraquece as relações estabelecidas pelos adversários através do ataque a cada uma das suas referências.

Deve-se notar que quanto maior a controvérsia mais técnicos os textos se tornam. Dessa forma, produz-se uma diferenciação entre os níveis em que se encontram o leitor e o autor do texto. O autor está alguns patamares acima do

leitor, que está isolado, cidadão comum e, conseqüentemente, tem suas possibilidades de ação frente ao texto bastante diminuídas. Os detalhes técnicos são uma forma de proteger o autor das críticas do leitor. Como exemplo de recursos técnicos, a utilização de gráficos, tabelas e índices que se tornam estratégias, que não só garantem a credibilidade do texto, como enfraquece o leitor e fortalece o autor, protegendo assim o artigo. O autor se fortalece já que se desloca daquele que escreve o texto para aquele que é mero porta-voz do que os gráficos e tabelas dizem. Nesse sentido, entende-se na perspectiva da antropologia da Ciência proposta por Latour que os “autores dos textos científicos” não são subjetividades, e sim um emaranhado de alianças entre humanos e não-humanos capaz de dar visibilidade a determinados fatos: eles são porta-vozes desses fatos.

Latour (2003) percebe que não basta que os textos captem atenção apenas da comunidade científica. Para que os fatos sejam legitimados, é importante que se estabeleça o máximo de conexões possíveis, e os textos técnicos, devido à sua complexidade, têm uma capacidade menor de captar atenção. Portanto, os aliados mais fortes são aqueles que se encontram fora do ambiente científico, de forma que é fundamental chamar atenção e produzir interesse também no público leigo.

Sendo assim, o texto deve ser organizado de forma que mantenha o interesse dos leitores, de forma que as alianças estabelecidas sejam mais fortes. Ele deve conduzir o leitor a somente um caminho durante a leitura e, ao mesmo tempo, dar a sensação de liberdade. Assim, o leitor não poderá duvidar do que está sendo dito, fortalecendo ainda mais as conexões em direção ao fechamento da caixa-preta. Além disso, os recursos externos dos quais o texto técnico se utiliza impelem o leitor para fora do texto, para o dado. Ou seja, convencem o leitor de que o que ele está lendo não é uma ficção.

O cientista alia-se aos não-humanos e faz com que esses produzam inscrições, que, por sua vez, saem dos instrumentos. É dessas inscrições que os textos tratam, do que ocorre nos instrumentos. Há deslocamentos e traduções necessárias para que se possa publicar um artigo. Os instrumentos, assim, servem para simultaneamente dar visibilidade ao que está no texto técnico e possibilitar a existência de algo que só emergirá a partir de um procedimento específico, por mais corriqueiro que seja. Vê-se como o dispositivo se instala: as inscrições comprovam a existência de algo e o cientista se apresenta como porta-voz dessa

comprovação e das inscrições. Dito de outro modo, os procedimentos são produzidos de forma a legitimar o discurso científico. Os laboratórios, para existirem e se propagarem, devem arregimentar fortes aliados e caixas-pretas capazes de sustentar as afirmações daqueles que produzem novos objetos, novos aliados ainda indefinidos.

É que a unidade de um fenômeno só é comprovada pela unidade dos testemunhos que sobre ele se produziram. É através destes testemunhos inquestionáveis de um fato que as coisas se tornam verdadeiras. O uso posterior dos fatos lhes dará o estatuto de realidade ou ficção: se fizerem efeito no mundo, serão considerados verdades. Caso contrário serão, quando muito, literatura. Aqui podemos lembrar da obra inaugural da Psicanálise, *A interpretação dos sonhos* (1900), que apesar de reivindicada por Freud como um texto científico, como mostramos anteriormente³⁹, recebeu apenas um prêmio de literatura, tendo o seu estatuto de Ciência contestado pelo poder oficial.

Vimos que os fatos dependem das alianças para se tornarem universais, para serem estabilizados na rede e fazerem parte do coletivo, de forma que tudo o que for dito depois dessa estabilização terá que passar por esse ponto. A proliferação da teoria depende inteiramente da proliferação das emergências dos fatos, ou seja, do alcance espacial dos instrumentos, das técnicas, de cientistas fiéis e capazes de repetir e de realizar novas alianças, de buscar novos aliados. A ampliação das redes possibilita a ampliação da Ciência.

Aplicando as idéias de Latour (2000) que tratam do processo de construção científica aos debates sobre Psicanálise e Neurociência – dos quais trataremos a seguir – notamos algumas correspondências. Latour (2000) aponta que a verdade de um enunciado se estabelece na sua circulação, e por isso tenta-se aumentar as alianças entre os membros da comunidade científica. Sobre esse aspecto, note-se que um grupo de neurocientistas e psicanalistas, defensores da *hibridação*, estão promovendo a circulação, através de artigos científicos, do enunciado “verdade” de que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica. E cada vez mais cientistas fiéis a esse grupo estão divulgando essa “verdade”, por intermédio, por exemplo, da apresentação de dados obtidos de experimentos laboratoriais, que Eric Kandel designou de *insights* biológicos.

³⁹ Confere supra p. 59.

Estes últimos, por serem supostamente mais válidos enquanto “enunciados verdadeiros”, têm a capacidade de “comprovar” a eficácia da Psicanálise. Entretanto, considerando que a “verdade” não depende de uma definição racional, mas envolve fundamentalmente o terreno da política, consideramos que a proposta desse grupo seria mais uma exigência sócio-política do que propriamente científica. Através desses discursos fica claro, como mostraremos no próximo capítulo, o que o antropólogo da Ciência chamou atenção em termos de jogos de poder, inerentes à construção científica. Há um segundo grupo, denominado *isolamento*, em que novamente se observa essa mesma hierarquização de modelos epistemológicos, porém no sentido inverso. Esse grupo apóia-se no discurso lacaniano, segundo o qual não seria possível o diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência, já que o discurso científico produz um saber consciente, saber que está desarticulado com a verdade do sujeito, sendo que a Psicanálise, ao incluir o sujeito, teria condições de apontar a falha da primeira, a saber, sua insuficiência quanto à verdade. Em ambos os casos – nos grupos da *hibridação* e do *isolamento* – podemos observar que as áreas tentam se fortalecer enfraquecendo as relações estabelecidas pelos supostos “adversários”. Há ainda um terceiro grupo, denominado de *interlocução* que, ao contrário dos outros dois grupos, propõe um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência, respeitando os limites epistemológicos de cada campo.

Para concluir, notamos que algumas definições de ciência têm a capacidade de rechaçar a prática psicanalítica do campo científico, enquanto outras acolhem-na totalmente. O argumento central é que a Psicanálise será ou não ciência de acordo com a concepção de ciência que se tenha, daí a importância de fazer a pergunta sobre o que é a Ciência, afinal. Dessa forma, Latour (2000), na verdade, desloca o problema da cientificidade da Psicanálise para o problema do que venha a ser “Ciência”. Com isso, o que ele faz é mostrar como essa discussão é menos baseada numa idéia de Ciência como discurso verdadeiro, mas na idéia da Ciência como um discurso, dentre outros, já que a definição da verdade não se faz apenas no plano da razão, mas também no terreno da política. Ou seja, a Ciência não evolui de acordo com uma lógica que regularia tanto as teorias quanto as seleções desta, mas através de jogos de relações sociais que se dão no interior das comunidades científicas (Kuhn, 1969).